

ATA DEGRAVADA 213ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46

Ao dia quinze do mês de julho dois mil dezesseis, às nove horas, no plenário da Cidade Administrativa –MG, realizou-se a Ducentésima Décima terceira. Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pela - presidente -Maria Alves Souza onde estavam presentes os seguintes conselheiros titulares: Rodrigo dos Santos – ASSPROM; Luiz George M. da Trindade - CMAS de Lagoa Santa; Volney L. A. Costa – PSIND, Wilson de Sales Lana – SEF; Silvana Campos-SEE; Soyla R.S. Pereira- CMAS Paracatu; Raquel F. Ferreira Silva; CMAS.F.S. DE PAULA; Leonardo Ladeira; SEPLAG ;;Maira colores ; SEDESE; Rosilene Aparecida Tavares; CRESS; Marta E. Souza; SES; Leonardo Koury – SEDA; Conselheiros suplentes– Érica Andrade –Isabela de V. Teixeira – SEDESE; Maria Da Pascoa; COGEMAS; Marta Maria V. Castro: SEDESE; Maria do Carmo Brandão Vargas Vilas ;CMAS/Leopoldina- Willam Santos Franca- CMAS BH; Sandra R.F. Barbosa ;SINTIBREF; Isac dos Santos ASQUIS.-Membros da Secretaria Executiva: Consolação Cifani; Nilce Araújo, Ângelo Machado, Maria Paula, Adelmira Cerqueira, Regina Caldeira, Leonardo Lobato e Rosângela .**MARIA:** Mas hoje ele está em plenária e está aqui agora, neste mesmo momento; Isabel Cristina, que é da SEAPA. Ela saiu, e vai passar por um processo de troca de conselheiros; Simone Aparecida Albuquerque, que é nossa vice-presidente e subsecretária da SEDESE. Ela está em processo de tratamento de saúde; Do Leonardo Alves, que é da Secretaria Estadual da Fazenda, que é por motivo de trabalho; A Sandra, que está aqui conosco. Não tem justificativa, não é Sandra? Ela chegou. RISOS E da Isabela Teixeira, que é da SEDESE. Ela está de férias. Ok gente? Nós vamos passar para o processo de posse dos novos conselheiros. Antes da posse dos conselheiros, eu quero justificar que o William de Souza Franco, da Associação Quilombola Marques, não vai tomar posse hoje, porque quem passou pelo processo de escolha foi o companheiro Edson. O ato sai hoje. Assim que estiver pronto, a gente faz o do William. Na situação então, a gente dá posse hoje à conselheira Raquel Francisca, ela é representante do CMAS/São Francisco de Paula; Do Isaque dos Santos Lopes, representante da Associação Quilombola de Suaçuí e Pitangueiras; De William Santos França, representante do CMAS/Belo Horizonte. Eu queria saber se a Roseane e a Fabrícia Ferraz se encontram. Então, neste momento a gente considera empossados: A Raquel, o Isaque, e o William Santos Franca. Uma salva de palmas para eles. APLAUSOS. Passando para o momento de informes. A gente vai ter os informes da SEDESE, que vai ser com a Rosilene. Ela ainda não chegou. No entanto, a gente tem aqui uma sequência de informes. A gente vai dando os informes com os conselheiros que estão presentes. A gente vai passar para o informe da Oficina de validação “A função preventiva da proteção social básica, a vigilância socioassistencial e o trabalho social com as famílias”, que é com o nosso conselheiro Rodrigo. **RODRIGO:** Bom dia a todos. A oficina de validação retratou o caderno de participação no SUAS, que tem a ver com os 5 cursos: 2 cursos para 2016 e 3 cursos até 2018. Esse conteúdo foi tratado com bastante cuidado e bastante cautela pela equipe que estava lá. Eu quero dizer que houve uma parceira da SEDESE com a AMM. No primeiro momento houve uma oficina de apresentação; após este momento, houve uma conversa sobre o caderno; E depois, um momento para legitimar as informações. Eu queria relatar para vocês que o foco do caderno é a prevenção da proteção especial básica, com conteúdo de construções e subsídios

47 técnicos operativos; Trabalho nas associações, territórios, serviços assistenciais e
48 vigilância socioassistencial; E por último, instrumentais capazes de gerir os aspectos
49 técnicos para regulamentação, monitoramento e avaliação. Eu queria dizer também da
50 forma que foi apresentada a gestão dessas ferramentas e dessas ações continuadas
51 prante o que a SEDESE já identificou. Então existe essa preocupação. A SEDESE está
52 bem atenta em relação a isso. A proposta é a regulagem de alteração de formação,
53 buscando o sistema de informação de apoio para facilitar esse atendimento da política
54 no território. Foram muitas informações, gente. Foi muito bom. Foi falado sobre as
55 tecnologias sociais, os números de famílias atendidas e os sistemas de informações.
56 Foi muito bacana. Lá tinha o pessoal que vai executar o Capacita nas universidades e
57 nos Conselhos. A gente tinha uma representante do MP, a professora Priscila. Assim,
58 tamanha riqueza, além do pessoal dos atingidos, da PUC. É isso o que eu queria trazer
59 para vocês. Eu queria trazer para vocês agora o informativo sobre o Encontro Estadual
60 das Ações Estratégicas do PETI. Esse encontro ocorreu semana passada, quinta e
61 sexta-feira. Foram discutidas as várias ações em relação ao enfrentamento do trabalho
62 infantil. A gente teve uma mesa temática de caráter social em nível da vigilância
63 socioassistencial. E, outra mesa relatando as experiências e estratégias intersetoriais
64 para o enfretamento do trabalho infantil. Na sexta-feira houve uma mesa sobre o
65 trabalho precoce, as perspectivas. E por fim, o planejamento das ações e estratégias
66 com os municípios. Encaminhando para os relatos, eu queria dizer que existe uma
67 preocupação com essas informações de enfretamento ao trabalho infantil. Eu queria
68 também como conselheiro enaltecer o trabalho da SEDESE através da Maíra e as
69 pessoas que estão aqui representando. Eu queria falar também do Régis e da Paula. O
70 Régis é o diretor da proteção social especial. É um processo de trabalho em sequência
71 e liderança técnica. Está nítido o perfil agregador deste governo. Em dado momento lá
72 gente tinha a Dra. Paola coordenando uma mesa. Vocês já pensaram nisso? O MP
73 coordenando outros atores com saberes importantes que contribuíram. Foi muito
74 bacana. Eu queria quebrar um pouco do protocolo, eu me senti em casa. Eu gosto muito
75 disso. É a minha área na política há' muito tempo. Eu me senti muito em casa mesmo.
76 Foi bacana poder conversar com os municípios. A tendência era ninguém atrapalhar
77 ninguém. Eu queria ressaltar a Maíra, sabe? A Maíra teve um momento em que eu fiquei
78 muito feliz por ela. Na nossa última mesa temática o pessoal do Ministério do Trabalho
79 estava lá falando sobre as leis. Eles citaram várias vezes a minha entidade. Em dado
80 momento, a Maíra disse que a gente pode integrar isso na assistência social. A
81 preocupação deste governo na área social é trazer o que está na lei de outros setores
82 para o âmbito da assistência social. Foi legal, porque um colega também defendeu isso,
83 da gente buscar enfrentar essa dinâmica contraditória do mercado de trabalho nas
84 grandes empresas. Essas empresas querem um melhor profissional, um melhor jovem.
85 Vocês sabem que necessariamente não é isso o que acontece. O PETI está com uma
86 proposta de reavaliação, eu não sei se é no ano que vem ou em 2018. Isso não vai
87 acabar não é gente? Vocês sabem disso. Então, assim, mais uma vez eu agradeço. Foi
88 muito bom! Em uma dinâmica dessa a gente fica satisfeito. Parabéns viu Maira! Eu fiquei
89 muito feliz por vocês. Eu acho que a história da humildade começa por aí, sabe? A gente
90 já conversou sobre isso. O conhecimento que torna possível esses caminhos que vocês
91 estão trilhando por aí. Obrigado gente. **MARIA:** Obrigada você, Rodrigo. O segundo
92 informe que o Rodrigo acaba de nos informa é sobre a questão do trabalho infantil. Só
93 para aproveitar a oportunidade, a gente acertou mesmo em ter garantido a oportunidade
94 de você estar lá, viu Rodrigo? Esse é um tema que se eu não me engano, no início do

95 ano passado, nós nos comprometemos em discutir de forma mais aprofundada dentro
96 do CEAS, uma vez que o trabalho infantil tem diversas compreensões, não é? E, para
97 nós que tange inclusive o campo, sempre há a compreensão da coordenação das
98 crianças que atuam no campo. E aí, quando você fala que a Maíra pergunta como que
99 se dá a legislação com o processo de inclusão na assistência social, hoje nós temos
100 vários desafios no que tange as crianças considerando o campo. Existem dados em
101 que algumas situações, dependendo da região do país, é onde tem o maior número de
102 trabalho infantil e escravo. Os movimentos sociais e sindicais no campo precisam
103 assumir de fato o debate do trabalho infantil e escravo no campo, para quê? Para gente
104 sair do patamar da condenação e elevar o debate para o patamar da reflexão e da
105 inclusão. Se a gente historicamente no Brasil tem um espaço no campo aonde ele fez
106 grande sentido da saída do povo do campo para os centros, isso significa que fazer
107 investimento social no campo não foi o forte. Daria para gente fazer uma análise
108 pegando Minas Gerais, por exemplo. Aonde tem creche integral no campo? Escola
109 integral no campo? Quais são os municípios de Minas que atendem criança de 0 a 5
110 anos na escola? Escola infantil e pré-escola não existem só para as crianças do campo,
111 por mais que tem uma lei em que é obrigatório toda criança de 4 anos esteja na escola.
112 Eu não sei se tem. Se você pegar as outras áreas da política: investimento,
113 infraestrutura, cultura, esporte e lazer... nós somos o país do futebol. Passou a copa do
114 mundo e estamos no ano das olimpíadas. Mas, qual é o debate que se tem? E qual é a
115 possibilidade de ter programas de esporte e cultura no campo? Praticamente nada, no
116 Brasil. Quando a gente debate o trabalho infantil no campo não tem como debater isso.
117 Às vezes faltam esses encaminhamentos, que são da criança com as ações
118 socioassistenciais, para garantir que ela esteja fora do trabalho. Se ela não está em
119 nenhum tipo de ação que promova o bem-estar para acesso aos programas,
120 logicamente ela vai está fazendo alguma coisa que é divergente com a idade dela. Nós
121 temos outra cultura que tange o meio rural. Se não dá para deixar as crianças, se elas
122 não estão nas escolas, o quê que os pais fazem? Em vez de deixar sozinhas, levam
123 com eles para a roça. Assim que eu fui criada. É porque a minha mãe queria me
124 escravizar? Não. É porque ela não tinha opção. Vocês entenderam? Agora, ela precisa
125 ser condenada por isso? Ou será que a gente tem que fazer o debate, juntar ambas as
126 partes e assumir o que é de responsabilidade de cada um? Eu estou dizendo isso
127 porque nós temos um grande desafio, que é de fazer debate acontecer nos espaços de
128 debates nosso, tanto nos espaços dos movimentos, como também nos controles
129 sociais. Eu queria trazer esse sentimento aqui. A Nilce, que é técnica do Conselho, ela
130 é assessora também lá na Federação. Ela sabe que é um debate que a gente não
131 consegue avançar, porque de certa forma existe certo receio das pessoas em discutir.
132 O Rodrigo pediu a palavra, **RODRIGO:** Eu queria complementar a Maria. O professor
133 Walter ele falou algumas coisas lá muito interessantes sobre o 3º setor, aquilo que é
134 cultura acima dos trópicos e aquilo que é cultura aqui para a gente. Ele falou muito desse
135 “adestramento” que a gente faz do nosso povo. Quando você traz um representante de
136 outra política, que foi o caso do Ministério do Trabalho, a gente está controlando. A
137 palavra foi essa. Eu não estou criticando o que passou, mas essa pegada de ter essa
138 atenção, esse discurso mais próximo do popular. Não temos que falar só de uma política
139 que defendemos aqui. Temos que trazer agregando os valores de outros setores. Essa
140 discussão sobre isso faz a gente refletir o que você falou. A gente quer apontar, mas
141 apontar com as culturas acima dos trópicos, e a gente tem que viver a nossa realidade,
142 do nosso país. É isso, obrigado. **MARTA ELISABETE:** Eu gostei muito da sua fala e do

143 seu raciocínio Maria. Eu queria perguntar, não sei se somos todos nós, uma conjuntura,
144 se o CONANDA tem alguma discussão que está sendo feita por essas instâncias sobre
145 a erradicação do trabalho infantil? Eu acho que tem tantos desdobramentos nessa
146 questão do trabalho infantil. Isso vai cair também em uma coisa que estamos vivendo
147 agora. A gente está chamando primeiro as sedes, eu já falei que temos que chamar
148 primeiro a SEDESE, que a discussão desses meninos que estão presos nas cadeias de
149 crianças e adolescentes. Eu queria perguntar se tem alguém, algum conselheiro, que
150 tem acompanhado essa discussão pelo CONANDA. A gente podia pensar em alguma
151 coisa juntos. Eu acho que isso está se desdobrando. **SANDRA:** Bom dia. Para quem
152 não me conhece, meu nome é Sandra. Eu estou representando o Fórum da Criança e
153 do Adolescente. Tem um comitê de enfrentamento ao trabalho infantil. Eu não estou
154 neste comitê. Desde que eu entrei em março agora gente, é essa a desconstrução que
155 está acontecendo. Eu tenho até um informe do CNAS, mas tenho muito também para
156 trazer sobre a política da criança e do adolescente. A começar pela reunião que tivemos
157 com o ministro. Ele não é a favor da redução, mas ele é favor da ampliação da pena,
158 dos repasses. Então, assim, é uma série de coisas acontecendo. No meu informe eu
159 vou está falando mais devagar. Um dos planos que está em risco de ser acabado é o
160 PPCA M – Programa de Proteção as Crianças Ameaçadas. Tem muita coisa
161 acontecendo. Tivemos na procuradoria geral da república para pedir apoio dos
162 promotores do Fórum e representantes do CONANDA. Se a gente não ficar vigilante,
163 vai ser uma desconstrução no que já avançou na área da criança e do adolescente.
164 Então, têm vários comitês unidos que a gente pode estar passando depois mais
165 detalhado, está? Está muito temerária e perigosa a questão da política da criança e do
166 adolescente nesse momento no governo. **MAÍRA:** Bom dia a todos (as). O nosso
167 objetivo quando a gente construiu o seminário era trazer um pouco as reflexões que os
168 municípios fazem e que é do nosso cotidiano. Estamos tentando nos aproximar dos
169 municípios no assessoramento técnico. Eles nos colocam diversas questões, que às
170 vezes a gente não consegue responder. A gente precisa formular algumas questões. A
171 gente compartilha de algumas angustias com os municípios. O objetivo foi um pouco
172 disso. Quando a gente teve a encomenda do Ministério de Trabalho, a gente já tinha
173 feito a encomenda nesse sentido, de como que ele avalia que os municípios e gestores
174 da assistência podem potencializar a aprendizagem, a questão do público da
175 assistência. A gente até no final falou assim: “Disso eu não vou conseguir falar. Isso a
176 gente deixa para o debate”. Tipo assim sabe? Isso é uma coisa que temos que discutir
177 mesmo. Eu acho que final daquele seminário ficou a sensação que a gente precisa
178 discutir mais, inclusive na questão a aprendizagem, considerando que os dados do
179 trabalho infantil mostram que aumentou o trabalho infantil na faixa etária dos 14 anos.
180 Eu acho que tem esse desafio para a gente. Eu acho que o Conselho tem condições de
181 contribuir com essa discussão. Quando a Maira traz essa articulação da oferta de
182 prevenção no campo, inclusive do trabalho infantil, o esforço da estratégia da pobreza
183 no campo, a ideia é um pouco essa, agregar os serviços de saúde, educação,
184 assistência, inclusão produtiva nos municípios com essas características. A medida
185 socioeducativa em meio aberto ela está prevista como serviço da política de assistência
186 social. Então, nós temos feito essa discussão dentro do governo. A expectativa era que
187 as medidas socioeducativas em meio aberto viriam para a SEDESE, nessa perspectiva
188 de reforço ao acompanhamento familiar, e a discussão de que os meninos que estão
189 em medidas em meio fechado é uma questão colocada para os desafios da assistência
190 social. Nós temos feito essa discussão internamente no governo. Estão instituídos

191 grupos de trabalhos no Estado e no MP que vão discutir a política socioeducativa no
192 Estado de Minas Gerais. Esse grupo de trabalho vai ser publicado em breve através de
193 decreto. Eu acho que o GT que a SEDESE está coordenando é para facilitar o
194 planejamento. Então Leonardo, eu sugiro que vocês encaminhem o pedido de participar
195 desse GT. Eu acho que seria interessante. Obrigada gente. **SOYLA:** Eu participei do
196 Encontro Estadual do PETI. A minha visão é de município. Eu achei muito interessante.
197 Eu estive participando enquanto secretaria de saúde. A visão do diálogo que a gente
198 estabeleceu durante o Encontro é que a metodologia foi muito interessante Maíra, no
199 aspecto de apresentar o pré-diagnóstico da situação do trabalho infantil município por
200 município. Foi muito interessante aquela situação. Eu acho que foi até surpreendente.
201 Teve muitos municípios, inclusive Paracatu, que se surpreendeu com a quantidade de
202 trabalho infantil diagnosticado na zona urbana, porque nossa visão a gente imaginava
203 que a maior parte estava na zona rural, e não é. A gente ficou meio assustado com esse
204 dado. Foi bom. Foi um puxãozinho de orelha sabe? Foi até bom porque articulou a
205 educação, a assistência, a saúde. Eu acredito que não vai ser só Paracatu, mas todos
206 os municípios foram chacoalhados juntos. Então, assim, foi muito interessante. Eu não
207 poderia deixar de falar isso. Obrigada. **MAÍRA:** Sobre essa questão Sandra. Quando
208 encaminhamos o convite para os municípios nós solicitamos que não viesse só a
209 assistência social. “Ah, mas vocês vão convidar? ” A Secretaria de Saúde inclusive
210 mandou o convite. A gente disponibilizou três vagas por município para que não viesse
211 só a assistência social. E aí, vieram muitas pessoas da saúde. A Secretaria de Saúde
212 se envolveu na mobilização. A gente achou interessante porque eles falaram assim: “A
213 gente nunca tinha conversado sobre essa pauta no município”. Outros falaram muito da
214 metodologia, porque teve uma mesa sobre o diagnóstico e reconstrução do plano.
215 Começou a construir o plano com apoio técnico, meio rápido, mas só para dá uma
216 instigada. **MARIA:** Muito bem: Agora a gente passa para o próximo informe. Volney,
217 aqui na minha sequência seria você. Eu queria ver se você permite a gente passar para
218 o Bruno, porque ele tem que sair. Bruno, por favor. **BRUNO:** Bom dia a todos (as). Meu
219 nome é Bruno. Eu sou assistente social. É a primeira vez que eu falo isso, viu gente?
220 **APLAUSOS:** Eu quero dizer que o Conselho ele tem para mim um espaço muito afetivo
221 e importante na minha formação, porque é o Conselho que deixa a política viva. O
222 Conselho faz com que a política seja uma política viva, uma política atenta as demandas
223 dos territórios e as necessidades dos nossos usuários. O Conselho faz parte da minha
224 trajetória estudantil, porque eu aprendi a defender aqui nesse espaço a política de
225 assistência social. Eu quero cumprimentar a todos com muito carinho, a secretaria
226 executiva e toda a equipe. Eu quero informar que agora eu estou na assessoria do
227 mandato do André Quintão. O atual mandato está presente nos espaços aonde a política
228 é debatida e construída. Isso é uma pauta do mandato. Eu tive a grata surpresa de poder
229 acompanhar lá também a política de assistência. Hoje por um motivo bastante especial,
230 que é o Minas em defesa do SUAS. O Minas em defesa do SUAS é um movimento que
231 está acontecendo em todo o Estado. O mandato ele compõe o movimento, assim como
232 outras entidades: trabalhadoras, usuárias e entidades e demais atores que constrói a
233 política. Ele é um movimento para trazer a resistência na política hoje da assistência
234 social. Nós temos um ato, que foi importante, e todo um calendário das ações durante
235 o mês de junho. Estamos indo para o segundo mês de atividades. Depois eu vou passar
236 as informações mais detalhadas por e-mail. A gente tem uma página “Minas em defesa
237 do SUAS”. O nosso companheiro Leonardo que está aqui faz toda a comunicação. Nós
238 estamos fazendo um processo bem interessante. Eu acho importante é o que vamos

239 discutir nessas estratégias, como que vamos comunicar a sociedade o que está
240 acontecendo no âmbito da assistência e como que isso impacta a vida no cotidiano para
241 a população. A página é um espaço muito importante onde temos recebidos notas de
242 repúdio dos Conselhos Municipais. Os Conselhos Municipais estão se posicionando, os
243 Fóruns de Entidades estão se posicionando, os Fóruns de Usuários também. É um
244 espaço democrático, aberto para todos. Nós fomos a Brasília no dia 06, através de uma
245 parceira muito bacana que o CRESS e o CRP desenvolveram. Nós levamos um ônibus
246 para Brasília para a marcha. Então, eu peço a vocês que acompanhem a página, curtam
247 e compartilham a página. Nós estamos chegando a mil seguidores, isso é muito
248 importante. Eu quero dizer para vocês mandarem conteúdos para a gente sobre o que
249 está acontecendo nos territórios, para gente poder também estão sintonizados com
250 aquilo que acontece nos diferentes municípios de Minas. Mais uma vez, eu queria
251 agradecer. Quero colocar novamente o mandato à disposição, com o sempre estive em
252 função da política. Na assessoria eu vou está acompanhando a questão da política de
253 assistência. Eu vou me ausentar, por questão de agenda. Agora à tarde eu tenho uma
254 mesa no seminário. Mas, fica aqui a nossa chamada para o Minas em defesa do SUAS.
255 Eu gostaria de desejar um bom dia de trabalho a todos (as). Parabéns pela posse dos
256 novos conselheiros neste espaço de luta, espaço de transformação da política, para que
257 seja uma política bem mais presente nos territórios mineiros. Bom dia e muito obrigado.
258 **MARIA:** Vamos bater palmas para o Bruno. APLAUSOS. Obrigada Bruno. É porque eu
259 peguei bem no flagra, não é Leonardo? **RISOS SANDRA:** Não foi só a participação dele
260 no controle social. Ele foi educador do programa Casa Dom Bosco, o qual eu estava lá
261 como gestora. Foi uma excelente atuação na prática perto dos adolescentes. Então,
262 você tem que falar não só da sua trajetória no Conselho, mas também, na pratica do
263 atendimento aos adolescentes lá no abrigo e no acolhimento institucional. Parabéns viu
264 amor! **MARIA:** A gente cumprimenta aqui a nossa secretária Rosilene. Desejamos
265 boas-vindas a ela. Tivemos o secretário aqui algumas vezes, agora, estamos com a
266 secretária. É muito bom, porque o Conselho dialoga bem de pertinho. Eu sempre digo
267 nos espaços onde eu estou é que o diferencial do nosso Conselho de muitos outros
268 Conselhos e outros espaços de debates é que a gente não precisa se constranger para
269 cumprir o nosso papel enquanto controle social. A gente tem uma abertura de diálogo
270 muito permanente daquilo que é da gestão, daquilo que é da sociedade civil, e a gente
271 vai fazendo essa execução para garantir que as políticas avancem no sentido da
272 construção do diálogo e também da pratica da execução e da participação. Então
273 Rosilene, eu queria te desejar boas-vindas. Eu quero dizer para você que a
274 SEDESE era a primeira nos informes, mas estamos esperando você chegar. Que você
275 se sinta bem à vontade. Eu queria que os nossos conselheiros te recebessem com uma
276 salva de palmas. **APLAUSOS ROSILENE ROCHA:** om dia a todos (as). Eu quero
277 cumprimentar aqui a nossa presidenta Maria, a todos os conselheiros (as), visitantes e
278 colaboradores. Quero dizer que para mim é uma alegria enorme estar aqui. Eu tenho
279 sido conselheira da assistência social em vários períodos, em vários espaços. É um
280 espaço do controle social pelo qual eu tenho respeito e tenho honra, e que tem tido
281 importâncias muito grandes nas várias instâncias, no acompanhamento e na
282 implementação do SUAS no Brasil. Quero agradecer esse papel que o Conselho vem
283 desempenhando, um agradecimento muito especial a Maria. O Conselho tem
284 colaborado com a construção, apontado erros e não tem se importado em fazer o seu
285 papel no controle social. Isso é muito importante de dizer. Eu sempre digo para a Maria.
286 Às vezes as conversas são fraternas, construtivas. Às vezes são conversas onde temos

287 posições diferentes. Mas sempre com a perspectiva de respeito a este espaço, de
288 respeito a essa instância. Eu quero reiterar o que o ex-secretário André já dizia: Nós
289 queremos e sempre trabalharemos juntos com o Conselho. Cada vez que este Conselho
290 convidar nós estaremos aqui, com aquela posição que eu sempre digo: quanto mais a
291 gente conversa, quanto mais a gente discute, mais chance a gente tem de fazer as
292 coisas de maneira acertada. Eu também queria dizer que no dia da reunião ampliada do
293 Conselho Estadual lá na cidade administrativa, nós também tivemos a oportunidade de
294 dizer isso para o Bruno, que agora é o atual presidente do CNAS, naquele dia ele ainda
295 não era nós dissemos a ele que o Conselho Nacional tem uma importância muito
296 grande. É um Conselho bastante empoeirado, bastante disputado nacionalmente sobre
297 vários aspectos. É um Conselho que traz para si uma disputa bastante legítima, bastante
298 importante, mas também, que mostra a importância que ele tem. Estamos vivendo um
299 momento difícil nas áreas das políticas públicas em geral, em especial na assistência
300 social. Eu não sei se vocês viram o decreto que saiu com relação ao benefício de
301 prestação continuada, que é muito grave, do ponto de vista da quantidade de
302 beneficiados que podem ser afetados por aquele decreto. O Conselho Nacional mais do
303 que nunca terá um papel muito importante. Eu acho que os Conselhos Estaduais e os
304 Conselhos Municipais precisam apoiar e provocar o Conselho Nacional, no sentido de
305 fazer o seu papel. Já tivemos um primeiro embate com relação a uma nota que ia sair,
306 acabou que a sociedade civil interviu. Não vai sair como nota, vai sair como uma carta,
307 que perdeu lamentavelmente o apoio dos secretários de Estado que assentou como
308 governo e se posicionaram como governo. A gente vai ter momentos muito difíceis
309 agora, muito difíceis, no âmbito das instâncias em que a gente participa: CONSEAS,
310 CONGEMAS, no âmbito do controle social. Eu acho que a gente precisa estar muito
311 atento para esse papel que a gente vai precisar fazer. Eu acho que a gente vai ter mais
312 trabalho do que normalmente a gente teve. Eu quero agradecer essa recepção, esse
313 espaço. Eu pretendi ficar um pouco aqui. É a minha primeira reunião. Eu vou participar
314 um pouco com vocês aqui como ouvinte evidentemente, eu não conselheira. A gente
315 trouxe alguns informes, eu vou fazer o do campo e a Maíra vai fazer os outros. É assim?
316 Nós tivemos uma oradora maravilhosa representando a população do campo, foi a
317 presidenta Maria, no lançamento que estamos chamando de “Estratégia para combate
318 da pobreza no campo”. De fato, é uma estratégia articulada de enfrentamento da
319 pobreza no campo. No dia do lançamento, nós mostramos alguns dados e algumas
320 estatísticas que são muito preocupantes com relação a essa população aqui em Minas
321 Gerais. Se a gente comparar Minas com os outros três Estados do Sudeste: São Paulo,
322 Rio e Espírito Santo, a gente vê a gravidade do problema. Em todo o resto da região
323 crítica o termo de pobreza no campo está em Minas Gerais. Segundo o IPEA, 30 cidades
324 com extrema pobreza estão aqui em Minas. A gente vê que essas regiões onde estão
325 os territórios de desenvolvimentos: Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha, Mucuri, Rio Doce
326 e Norte, concentram a maior parte das famílias e pessoas em pobreza extrema no
327 campo. Essas famílias estão abaixo da média do que nós encontramos no Brasil. É uma
328 situação que mostra claramente que naquilo que Minas e o Estado avançaram, deixou
329 o povo do campo para trás. Estamos falando desde pequenas propriedades, das
330 pessoas que moram no campo, mas também, das comunidades tradicionais: indígenas,
331 quilombolas. A gente tem visto uma realidade muito grave. Essa estratégia é uma
332 articulação intersetorial entre várias secretarias de Estado e as empresas: CEMIG e
333 COPASA, para gente poder fazer uma intervenção articulada a partir do território, ou
334 seja, cada setor: SEDA, SEDESE, COPASA, CEMIG, a Educação, farão integra das

335 suas políticas nestes territórios que foram escolhidos baseados em vários indicadores.
336 A gente pegou três indicadores, nos três mostram as mesmas regiões, com a estratégia
337 metodológica de vários apontamentos das políticas públicas e serviços no mesmo
338 território, para evitar que a gente fala certa dispersão de a COPASA ir para um lado, a
339 SEDESE ir para o outro, a SEDA para o outro e a CEMIG para o outro. Nós vamos
340 começar com algumas ações que contemplam todos os territórios, inclusive outros
341 territórios. No caso da CEMIG, por exemplo, que é a que tem mais recurso hoje:
342 eletrificação, poços comunitários, energia para levar a água do reservatório para a caixa,
343 enfim. É um conjunto de pequenos problemas que por conta de energia elétrica não são
344 resolvidos. A COPASA vai entrar conosco em algumas dessas regiões. A gente está
345 fazendo o cruzamento de dados de informações. No caso da COPASA, a gente tem
346 uma limitação institucional, porque a COPASA não cobre todo o território de Minas, ela
347 cobre parte do território. A COPASA vai nos ajudar nessa negociação com os municípios
348 e conduzir com o Know-hall. Ela é uma estratégia estruturante. Não é uma estratégia
349 para um governo só, porque a gente sabe que não vai resolver todos os problemas
350 acumulados em um período curto de uma gestão governamental. A gente com certeza
351 vai implantar serviços e plantar sementes muito sólidas para erradicação da pobreza
352 extrema, ao menos no campo. No caso da SEDESE, nós articulamos na secretaria da
353 assistência social uma estratégia de busca ativa, porque são as populações que tem
354 menos informações. Quem tem menos informações tem menos acesso. No nosso caso,
355 a gente vai fazer a busca ativa dessas famílias. A nossa ideia, a gente já estava
356 pensando nisso, é fazer e mostrar um contraponto ao nacional. A nossa ideia é incluir
357 mais famílias no Cadastro Único. É procurar as famílias que tem direito aos benefícios
358 e que não estão acessando esses benefícios. E também, por não estarem no Cadastro
359 Único, essas famílias são cerceadas de todos os outros programas sociais que usam o
360 Cadastro Único como critério. Os mais pobres são os que menos têm acesso. O “minha
361 casa, minha vida”, por exemplo, só que está no CadÚnico que tem acesso. Eu podia
362 aqui dar inúmeros exemplos de ações e política públicas no Brasil inteiro. Os Estados
363 usam Cadastro Único: São Paulo, Goiás, Paraná, enfim. Todo mundo utiliza o Cadastro
364 Único. Então, ao não incluir essas famílias, elas são praticamente cerceadas do
365 conjunto das ofertas públicas, exceto universais. A educação vai entrar com uma série
366 de ações: Escola integral; Educação no campo. A gente está articulando com outras
367 políticas. É porque a gente não conseguiu a mesma interlocução em todos os setores.
368 A gente então lançou o primeiro pacote, vamos dizer assim. Daqui a dois meses o
369 governador vai lançar o segundo. Vai ser o ICMF, vai inverter. Vai tirar das cidades ricas
370 e colocar nas cidades pobres. Chama lei Robin Hood, é o inverso. A segunda etapa do
371 combate à pobreza no campo vai ser o lançamento da nova lei Robin Hood em Minas.
372 A gente vai tentar lançar na segunda etapa isso, vamos tentar também parceria com o
373 INCRA: assentados, acampados, pré-assentados, que está um pouco embolado por
374 conta difícil do governo federal. Eu espero que a gente possa contar com os
375 conselheiros de outras políticas intersetoriais que posam nos ajudar. Nós vamos
376 precisar de ajuda. Eu queria dar este informe ao Conselho Estadual. Quero pedir aos
377 conselheiros que acompanhem, que nos ajudem em façam sugestões e críticas. É uma
378 ação importante, mas difícil! O trabalho intersetorial não é fácil. Essa é uma tentativa
379 muito importante e relativamente inovadora na nossa gestão estadual, de tentar fazer
380 um trabalho com todas as secretarias do Estado. Ela tem um apoio muito importante
381 financeiro, político e de acordos técnicos do governador. Ele está acompanhando, está
382 acompanhando o comitê. Eu acho importante que vocês também nos ajudem como

383 órgão de controle social. A porta de entrada para algumas dessas ações será a política
384 de assistência social. Em outras ações de apoio técnico, de titularização, será a própria
385 SEDA. A assistência tem um papel importante, que é ir atrás desses invisíveis, aqueles
386 que ainda a gente não conseguiu encontrar se quer para colocar no Cadastro de acesso.
387 VOZ AO FUNDO Depende a ação. No caso da CEMIG, nós vamos chegar em 800
388 municípios. No caso populoso das ações, nós vamos chegar com 30 municípios nesses
389 cinco territórios para este ano. E, vamos incorporando outros territórios e outras ações
390 nestes territórios. A educação, por exemplo, vamos começar em todos os 30 municípios.
391 A gente está formatando isso com a secretária Macaé. A parceira nossa de primeira
392 hora tem sido a educação. Nós já construímos mapas juntos. Tem sido um trabalho no
393 ponto de vista técnico de articulação política muito importante. Então, vai ser assim:
394 Esses 30 territórios nós vamos colocar no orçamento do ano que vem as ações que por
395 ventura a gente não conseguir. Quando o programa foi lançado os orçamentos estavam
396 em curso. A gente estava fazendo a revisão do PPAG baseada nele. Eu não se veio ser
397 apresentado para vocês, mas precisa vim, porque é um instrumento poderoso do
398 controle social. Ele tem marcações muito importantes. Mensalmente cada secretaria
399 tem um planejamento, por exemplo, então, para você, já vai tudo “mastigadinho”. Era
400 bom trazer o pessoal do planejamento para apresentar para vocês como isso é
401 planejado. A gente vai fazer uma marcação de desenho mesmo do combate da pobreza
402 no campo com aquela marca dos nossos encontros lá no Minas planeja, fica fácil de ver
403 a ação e o conjunto dos atores: saúde, educação, assistência, na execução
404 orçamentária. A gente está bem contente. Teve um esforço enorme do André no sentido
405 de mobilizar os secretários, mobilizar o governo, mobilizar o governador e de mostrar a
406 dívida que Minas Gerais têm com essa população. Então, é isso. Se vocês quiserem
407 fazer alguma pergunta agora ou depois, eu vou ficar aqui mais um pouco, inclusive para
408 acompanhar os outros informes da secretaria. Se alguém tiver alguma questão, por
409 favor. **SILVANA:** Bom dia. Eu sou a Silvana, da educação. Eu falo de um lugar onde
410 sou conselheira e faço parte da secretaria de educação. É desse lugar que eu queria
411 falar um pouco, mostrando à importância dessa estratégia de enfrentamento a pobreza
412 no campo. O diagnóstico falado desse território é a intersetorialidade desses assuntos:
413 saúde, educação, assistência Eu sou gestora do programa “Saúde na escola”, que por
414 si só é um programa intersetorial. O grande desafio nosso é estimular bem essas
415 políticas intersetoriais, é conseguir discutir esse recurso de uma forma democrática. Eu
416 acho que a estratégia é essa. A gente tem que discutir melhor essa questão dos
417 territórios. Eu acho que o grande desafio da gente é esse mesmo. Esse é um programa
418 que desde o princípio eu fiquei muito orgulhosa. Eu acho que tem que entrar a saúde,
419 educação. Eu só queria falar que me senti muito à vontade. É uma proposta que tem
420 tudo para dar certo. **RODRIGO:** Secretária Rosilene, eu queria te perguntar sobre a
421 população de rua. Todos aqui têm representações, inclusive o meu segmento é outro.
422 Mas a gente acompanha os casos. O que vocês estão pensando com relação a isso?
423 Quando eles descobrem que somos do Conselho, eles perguntam qual é o
424 posicionamento que o Estado tem em relação a pobreza rural. Era isso o que eu queria
425 perguntar a senhora, me parece que o MP está se empenhando. A gente está vendo as
426 coisas que estão acontecendo na política pública da prefeitura de Belo Horizonte,
427 querendo ou não ela recebe esse fluxo. É isso, obrigado. **ROSILENE TAVARES:**
428 Realmente é um grande desafio o acesso da população rural ao serviço e benefícios. É
429 muito bom. Eu sei que são grandes os desafios. Eu concordo com o que a conselheira
430 Silvana colocou da importância dessa articulação ente as políticas públicas. Uma só

431 política não resolve. Eu queria saber o quê que a política de assistência social vai fazer
432 em relação a essa busca ativa? Como que vai ser esse processo? E mais uma vez
433 parabéns. É isso. **WILLIAM:** Gente bom dia. Meu nome é William. Eu queria falar calado
434 por ser a primeira vez participando de uma mesa tão bonita, especialmente “recheada”
435 de mulheres, não é? **RISOS** Melhor ainda. **MARIA:** Depende do ponto de vista! **RISOS**
436 **WILLIAM:** Eu estou no papel de escuta mesmo. O Rodrigo me provocou e eu acho
437 interessante isso. Na fase que estamos passando eu vejo a população do campo muito
438 brava. E aí Rosilene, trazendo essa perspectiva que você trouxe do trabalho
439 intersectorial, é difícil mesmo. Eu trabalho na assistência social de Belo Horizonte. É a
440 primeira vez que a gente o número de trabalhadores tão grande no Conselho Municipal.
441 Eu represento o Fórum dos Trabalhadores. A gente está com um gás a mais no
442 Conselho porque a gente está trazendo o debate no Conselho de forma mais
443 equilibrada. E aí, você cita o Conselho Nacional. Eu estava até pensando de como que
444 a gente faz, já que a sociedade civil está com a força um pouco abalada. Isso é bastante
445 complicado. Isso para nós é um momento muito importante. Quando a gente fala da
446 população de rua, já conseguimos executar algumas ações enquanto Conselho:
447 conseguimos provocar uma audiência pública na Câmara; já temos visitas de
448 vereadores às instituições que acolhem esses moradores de rua. Hoje eu acho que está
449 tendo uma visita lá no Abrigo São Paulo, não sei se é hoje ou se já teve. São duas visitas
450 que já aconteceram. Quando a gente vê um policial militar chamando um morador de
451 rua de lixo... então isso é muito sério gente, muito sério. Tem um comitê aqui em Belo
452 Horizonte criado para isso. Esse comitê ele é obrigatório para os municípios criarem os
453 próprios recursos. É um espaço do controle social. Lá participam vários atores tanto da
454 sociedade, quanto do poder público. O número de atores que representam a população
455 é menor. A sociedade civil que está lá muita das vezes é no Sion, Mangabeiras e daí
456 por diante. São moradores que consideram população de rua como problema. Eu acho
457 que a gente precisa fortalecer esses espaços. Eu acho que o Conselho Estadual tem
458 esse papel de sempre acompanhar, de sempre olhar de perto essa questão. É
459 importante a gente citar a defensora Júlia. Ela está lá também acompanhando o nosso
460 trabalho. É aí, é só para lembrar o nome dela também. Ela é muito importante e está
461 presente. **MARIA:** Só um minutinho Leonardo. É o Leonardo Koury primeiro.
462 **LEONARDO KOURY:** Primeiramente eu quero saldar a Rosilene, companheira e
463 colega de formação de militância. Essa estratégia de enfrentamento da pobreza no
464 campo a gente já vinha conversando. Inicialmente a SEDA abriu reuniões. Até mesmo
465 aqui no Conselho já tínhamos falado sobre o programa de inclusão produtiva no campo.
466 A gente tinha um pouco de receio ao anunciar, uma vez que o governo não tinha se
467 colocado de fato para poder fazer o aporte financeiro da política. Ontem à noite a gente
468 recebeu a informação de que tinha sido liberado o primeiro lote de pagamentos. São
469 mais 12 mil novas cotas do programa, que é fundamental para a população do campo.
470 O trabalho é em especial com os agricultores em situação de pobreza. Eu acho que a
471 gente vai voltar a conversar bastante dentro dos nossos espaços. Eu acredito que vai
472 ser como a colega da educação colocou as experiências de construções muito
473 importantes. A grande demanda nem é o recurso, é o valor significativo do investimento,
474 não só da política, mas de várias outras possibilidades de inclusão produtiva seja ela
475 através de comércio, de qualificação de produção e de produtos. É muito triste ver que
476 a pessoa sai do bolsa família, consegue ganhar dinheiro e continua sem um dente na
477 boca, continua semianalfabeto e sem saber que passou pelo bolsa família e existe uma
478 política de assistência social que poderia potencializar e qualificar todas as

479 intervenções. Eu acho que ia ser um exercício importante para nós. São R\$ 28 milhões
480 de reais em benefício e acompanhamento dentro da assistência técnica de qualificação
481 agrícola e bem-estar social dentro da EMATER. Mas, mais do que isso, é a gente
482 entender sobre programa, que é de inclusão produtiva no campo, como um programa
483 estratégico que junto a várias outras políticas públicas pode não só tirar alguém do bolsa
484 família na lógica de que ele não precisa mais do benefício, mas para viver de fato no
485 campo, que é o grande desafio para Minas Gerais. Era só isso. Quem sabe nesse lote
486 de entregas a gente já pode colocar metas, os municípios prioritários dentro desse
487 território, acertar com a EMATER e com a assistência social nos municípios como que
488 a gente pode fazer um programa tão grande atendendo as pessoas de forma justa e
489 cidadã. É só isso. **LEONARDO LADEIRA:** Eu só queria falar um pouco para o Rodrigo
490 e para o William sobre o assunto da população de rua. Eu acho até que não é o tema
491 mais importante para a gente está tratando aqui, porque a pobreza no campo não é
492 comparável, não dá para comparar. A pobreza no campo com certeza é um problema
493 que historicamente é muito mais esquecida pelos Estados. O cidadão não tem acesso
494 nem ao pedido de esmola que o morador de rua tem aqui em Belo Horizonte. Então, ele
495 não tem saída, não é? Ele fica isolado no campo, de qualquer tipo de saúde e educação.
496 Eu acho que é muito importante essa discussão aqui no Conselho. É claro que a
497 observação da população de rua também importa nesse Conselho, mas neste caso, eu
498 não a colocaria em conflito com o que está sendo apresentado aqui, que é a pobreza
499 no campo. O Estado tem um comitê de população de rua recém-formado com a
500 participação da SEDESE, com a participação da saúde, educação e os órgãos que estão
501 aqui. Eu sou o representante. Lá nós temos tido esse embate. Tem representação de:
502 Belo Horizonte, Uberlândia, Juiz de Fora, Ipatinga, Montes Claros. Tem representação
503 até da população de rua desses municípios sendo constituída ainda, mas está
504 caminhando. **PARTE 2: LEONARDO LADEIRA:** Pela iniciativa imediata de divulgar
505 essa estratégia para todos os Conselhos Municipais. **MARIA:** Antes de passar para a
506 Rosilene, a Sandra pediu aqui a fala dentro do ponto. Antes de passar para a Sandra,
507 eu queria dizer que, são duas dimensões e cada uma tem o seu tratamento e o seu
508 devido valor e importância. Uma é a estratégia de combate à pobreza no campo que a
509 Rosilene traz aqui. Para nós isso na história de Minas Gerais é um marco, uma vez que
510 não se teve até hoje algo parecido. Eu digo isso com muita clareza porque, o que Minas
511 fez anteriormente foi reproduzir os programas nacionais com outros nomes, fazendo
512 com que se gatasse um recurso muito alto em mídias e com poucos resultados. No que
513 se refere o acesso da população do campo a esses programas, é uma coisa vergonhosa
514 no Estado de Minas Gerais. A gente já mostrou muito isso aqui, da necessidade de o
515 governo fazer aqui a proposta e a gente aprovar ou não o Capacita SUAS e outros
516 programas da SEDESE nessa gestão atual. A gente viu que na realidade muitos dos
517 problemas hoje urbanos, não só em Minas Gerais, eles se dão justamente pela falta do
518 investimento necessário no campo. Se vocês pegarem capitais como Belo Horizonte,
519 boa parte da população vulnerável hoje em Belo horizonte é de origem rural e de
520 municípios do interior. Isso porque se construiu uma ideia de que são nas grandes
521 capitais que se constrói a qualidade de vida. O enfrentamento da pobreza no campo
522 vem nessa lógica de garantir as pessoas ao menos a opção de escolha. A gente não
523 pode, de forma nenhuma, deixar de colocar isso em Minas Gerais, com um olhar muito
524 profundo e especial, uma vez que isso pode garantir aos mineiros uma nova Minas
525 Gerais. Eu não posso querer olhar para Minas e perceber que os meus filhos que estão
526 hoje lá na comunidade só vão ter qualidade de vida se eles estiverem em centros médios

527 e grandes. Eu preciso pensar que os meus filhos precisam ter ensino superior,
528 graduação e mestrado tendo a oportunidade de continuar lá no campo, porque não? Eu
529 digo isso porque, quando eu tive a oportunidade de ter acesso ao ensino superior me
530 perguntaram: “Porque que você não faz enfermagem em vez de serviço social? Porque
531 assim você poderia vim para a capital e trabalhar em qualquer hospital. É uma mais fácil
532 você arrumar um emprego”. Eu já disse isso aqui e vou repetir. Na época eu disse para
533 as pessoas que eu não estava fazendo curso de serviço social para eu ser assistente
534 social de prefeitura, porque na maioria dos municípios, como o nosso lá em Ouro Verde,
535 são tem um assistente social, ou seja, não me caberia. Eu estou fazendo essa reflexão
536 crítica das políticas sociais no Brasil que não atendem a nossa realidade. A gente não
537 está falando de enfrentar a pobreza rural só pela lógica focada com um olhar fechado
538 de acertar, por exemplo, o bolsa família, ou de pensar na lógica de matar a fome não.
539 Eu acredito que o plano estratégico ele traz uma lógica de reflexão e gera nas pessoas
540 a possibilidade de analisar o espaço onde ela atua criando expectativa. Eu até conversei
541 com a SEDESE lá da nossa região quando eles estiveram com a UTRAMIG e com Ouro
542 Verde. A discussão era o programa “Mulheres Mil”, que hoje a SEDESE está com a
543 parceria com a UTRAMIG. A discussão nossa vai ser produção de doces cristalizados.
544 E aí, eu brinquei: “Vocês precisam abrir a cabeça, porque de repente estão sendo
545 enganados”. Eu falei isso com a UTRAMIG. As mulheres nesse programa podem
546 fabricar doces cristalizados ou qualquer outra coisa a partir da realidade delas. Então, o
547 curso foca na produção de doce. Mas elas podem fazer produção de fruta ou qualquer
548 outra coisa. É isso o que a gente quer. Eu ainda conversei com a secretária da
549 assistência social e com a assistente, porque na hora ela foi questionada: “Mas porque
550 o curso Mulheres Mil veio com a ideia de atender mulheres da população rural e
551 mulheres de comunidades tradicionais? É preciso garantir para as mulheres urbanas. ”
552 Ela disse assim: “. Bem, nós estamos inclusive, nesse exato momento, com uma festa
553 tradicional na cidade. Eu imagino que a secretaria vai exaltar mostrando para a
554 população todas as ações da secretaria. Eu aposto que 98% vai ser para as urbanas,
555 porque não tem trabalho para o povo rural. ” Minas Gerais hoje como gestão está
556 propondo justamente isso, uma assistência que faz reflexão da Minas Gerais que nós
557 temos, de que Minas no Triângulo é um, Minas no Sul de Minas é outro, de que Minas
558 no Jequitinhonha é outro. Em Minas Gerais precisa haver dialogo entre o rural e o
559 urbano. As pessoas que moram no campo têm grande dificuldade, por exemplo, de ter
560 acesso. Esse inclusive não foi pautado pela secretaria da assistência social, porque
561 quem está lá como profissional não consegue ter a dimensão de que a secretaria tem
562 esse potencial e precisa se comprometer coma diversidade das pessoas. Afinal, nessa
563 mesma reunião aqui, tem mulher que andou 40 km para estar aqui. Foi perguntando a
564 dificuldade que ela passou para chegar até aqui? O transporte que ela usou? As
565 condições? Porque que ela deixou os filhos dela? O curso agora vem com esse objetivo.
566 A gente precisa priorizar isso. Eu tenho certeza que a partir do momento que a gente
567 pensar nessa lógica a gente vai conseqüentemente diminuir o grande número de
568 pessoas morando na rua. Outra coisa que eu queria trazer como análise aqui é que essa
569 situação de Belo Horizonte hoje ela retrata já com sequêcia real e visível o resultado
570 do pacote de retrocesso que a gente teve no país nos últimos meses. Belo Horizonte
571 está vivendo a consequência viva e real. Nós precisamos estar muito cientes de que
572 agora para frente, se continuar na situação que o governo federal se encontra, a
573 tendência é piorar. Eu fico muito triste de ter que dizer isso para vocês, nessas palavras
574 tão claras. A pergunta que eu acho que nós precisamos fazer para nós mesmo é: Qual

575 vai ser o destino político da gestão municipal de Belo Horizonte? Será que a gestão
576 municipal está sendo conivente com isso? O que é muito triste. Uma capital, do porte
577 de Belo Horizonte, que já foi referência para o Brasil, hoje está passando por essa
578 situação, é uma calamidade. Eu considero uma calamidade pública, no que tange o
579 acesso aos direitos humanos. Essa é a discussão que nós precisamos fazer. Qual é o
580 rumo político que Belo Horizonte vai ter? Como que a gente vai olhar para Belo
581 Horizonte nessa dimensão política? Como que os espaços de controle social estão
582 fazendo a discussão política? Às vezes nós fazemos uma discussão política do
583 enfretamento a pobreza rural e não temos a compreensão, secretária, de que isso parte
584 de um interesse político em fazer investimento. Isso parte de um interesse de uma
585 proposta política, inclusive de pessoas que trabalham com essa lógica e essa dimensão.
586 Eu estou desabafando aqui porque, hoje eu tenho uma satisfação em estar aqui, e é
587 muito difícil levar a vida que eu levo. Mas para mim, também é um motivo de orgulho.
588 Eu queria me sacrificar por muito mais se preciso for. É uma felicidade conviver
589 diretamente em um espaço igual Belo Horizonte, de ter a dimensão de Minas Gerais, e
590 de ter os meus filhos lá em uma comunidade rural que fica 2 km do centro da cidade.
591 Uma comunidade que você entra e tem que sair no mesmo lugar que você entrou,
592 porque não tem outra saída não. Vocês entenderam? Eu consigo estar lá, pôr o pé na
593 terra, vê os meus filhos andarem de cavalo, pegando bicho-de-pé. Isso tudo no mesmo
594 dia. E também consigo estar aqui. E aí, eu pensar o que eu quero para minha vida, o
595 que eu penso para esse Brasil que é tão diverso e como que os interesses políticos têm
596 muito a ver com o destino das pessoas. Eu que nós neste espaço temos uma grande
597 responsabilidade com isso. APLAUSOS **SANDRA**: Que belas palavras Maria! É para a
598 gente refletir, não é gente? Esse Conselho participou junto com a SEDESE de uma visita
599 técnica que o MDS pediu. Eu fui indicada pelo Fórum dos Trabalhadores nessa questão
600 da população para participar dessas questões que estão acontecendo. Eu fui fazer a
601 visita. Eu não pude estar na reunião do Conselho Municipal, que conseqüentemente me
602 qualificaria para dar um parecer para vocês. A secretaria colocou para a gente, junto
603 com o representante da SEDESE, que o novo desenho tem três pontos muito graves
604 que eles estavam questionando: O novo desenho que centralizou. Eram
605 descentralizadas as regiões; A questão do RH; E a localização da entidade executora,
606 situada lá na Gameleira. Eu fiquei muito incisiva nesses pontos. Na questão do desenho
607 de centralizar, foi colocado e justificado que a abordagem na forma anterior estava
608 trabalhando muito na regional, segundo a secretaria. Os membros do Conselho estão
609 colocando que hoje a abordagem está realmente sendo uma abordagem nas ruas. Eles
610 montam as equipes e vão para as ruas. O RH foi ampliado, para além do quantitativo,
611 três supervisores, para fazer essa ponte com as regionais dos encaminhamentos
612 pertinentes. Esse ponto, segundo eles, foi um avanço. Na análise eles puderam fazer
613 um diagnóstico da situação, colocaram equipes diferenciadas nas regionais onde a
614 população de rua tem mais usuários. Antes ficavam dois em cada regional, de repente,
615 tem uma regional que precisava de mais educadores. Então, eles fizeram um novo
616 desenho, colocando no Noroeste e no Centro-Sul mais educadores com três
617 subequipes. Eles colocaram para a gente os avanços que teve. Eu fiz um relatório e
618 deixei com a comissão. Foi muito rápido. Eu até já pedi desculpas pela minha ausência
619 na comissão de política devido à questão da criança e do adolescente. A gente não
620 sabe no que participa enquanto representante. Eu estou no Fórum Nacional
621 acompanhando o CONANDA. Então, eu não pude deixar. Eu passei um relatório bem
622 simples. A Consolação indicou no Conselho uma pessoa para estar indo ao Conselho

623 Municipal. No ponto de vista da descentralização e do RH, houve avanço. Do espaço
624 físico, a gente nem aprofundou, porque agora no segundo semestre já estarão mudando
625 do espaço da Gameleira, que era um ponto muito dificultador para os usuários. Eles
626 estão indo para Além Paraíba, um setor mais central. A ata vai ser como referência o
627 local de execução. Na segunda quinzena agora eles informaram que já estariam nesse
628 local. A secretaria ficou de ir à reunião no Conselho Municipal, eu não pude acompanhar
629 porque estava em Brasília. Mas, com certeza, as técnicas aqui vão fazer o relato. Nós
630 vamos melhorar esse parecer aqui está? Ele ficou só com os avanços, mas a gente
631 colocou todos esses pontos que foram colocados aqui: questão dos albergues,
632 denúncia, a interlocução com a saúde mental. Foram colocados vários pontos para o
633 aprimoramento e no que se diz respeito ao aprimoramento com esse usuário. A questão
634 da “higienização” os usuários também falaram muito. Tem relatos de que pegaram até
635 a cartela de medicamentos de alguns usuários, os deixando sem remédio. A abordagem
636 fala que isso não é a secretaria, não é o tipo de abordagem que está junto com essa
637 ação. A gente apontou que ela tem que estar junto com esses outros setores. Era uma
638 série de situações que não era a abordagem da secretaria que estava realizando. Eles
639 são contrários a essa “higienização” que está sendo feita, pegando os pertences,
640 cobertores, que os usuários colocaram na reunião com a promotora. Eu me comprometi
641 de fazer um relatório mais qualificado, porque foi um avanço nesse sentido: da
642 centralização, da mudança do espaço e da ampliação do RH. Agora, no ponto de vista
643 do atendimento, dessa interlocução com as outras secretarias, a gente colocou o quanto
644 a gente tem que avançar nisso ainda, está? **MARIA:** A Érica quer falar. Depois da Érica,
645 eu vou passar para a Rosilene, pode ser? **ÉRICA:** Eu só queria fazer uma observação
646 tão quanto falando sobre os trabalhadores e também sobre essa capacitação com eles
647 lá na ponta. Eu não sei se essa questão desse programa de enfrentamento da pobreza
648 no campo vai também chegar lá na ponta. A gente tem até uma oficina Volney, não é?
649 A gente fez lá no CRP um evento sobre a população rural, intervenção com a população
650 rural. A gente tem psicólogos que estão dirigindo os carros, que estão lá perdidos sem
651 saber o que faz. Um psicólogo só para vários territórios rurais. Então, é essa
652 sensibilização com os gestores para ver como que vai ser atuação lá no campo. Eu acho
653 que isso também é fundamental, senão a gente não consegue atingir mesmo. Eu fiquei
654 pensando muito no que a Maria falou dessa questão construtiva da metodologia. A gente
655 tem que pensar todas essas coisas para ficar uma intervenção mais pertinente mesmo.
656 **ROSILENE ROCHA:** São tantas coisas bacanas. Eu queria dizer da minha alegria em
657 vê um Conselho que de fato não discute o papel, discute as coisas que estão
658 acontecendo no Brasil, em Minas e nas cidades. Isso faz toda a diferença. É mais uma
659 alegria em estar neste Conselho da assistência. Eu já fui gestora municipal em Belo
660 Horizonte, eu já fui gestora federal no MDS, mas eu nunca tinha visto uma situação de
661 um ente federado igual aqui no Estado. Não dá nem para contar, sobre todos os
662 aspectos: sobre o aspecto da máquina, sobre o aspecto do tratamento da máquina e
663 sobre o aspecto da situação financeira. Eu nunca tinha visto nada parecido nos meus
664 30 anos de gestora pública. Eu estou muito convencida. Diante da realidade que
665 estamos vivendo aqui em Minas, se a gente não for por este caminho, eu não conheço
666 outro, nem de leitura de estudo e nem de prática. Devemos nos juntar, porque não
667 vamos desistir. Quanto mais problemas têm, mais desafiados a gente tem que sentir e
668 mais respostas a gente tem que apresentar, respostas consistentes. Não devem sem
669 respostas apresentadas em uma reunião e depois o negócio muda. Então, eu estou
670 muito convencida. Eu acho que existem outros temas em que o governo de Minas pode

671 apresentar respostas para a perspectiva intersetorial. Depois de muitos anos a gente já
672 aprendeu que na área social as pessoas trocam de lugar, não trocam de setor. Então
673 você pode capacitar, a capacitação vai com ele para onde ele fo. Não é um recurso
674 perdido. A gente quer introduzir inclusive no tema juventude o tema campo. Eu estou
675 olhando para o Isac e me parece que ele é o mais jovem de nós todos aqui. A gente
676 quer introduzir na capacitação esses assuntos ou alguma singularidade da SEDA,
677 porque isso é uma demanda dos trabalhadores. O Capacita foi muito importante para o
678 conteúdo que teve até agora. Eu posso falar tranquilamente que eu ajudei a escrever o
679 bolsa família na época da capacitação: o quê que é bolsa família, o quê que é programa
680 de renda. Agente já colocou agora a realidade de Minas. Vocês vão ver que no
681 financiamento fala o que pode e o que não pode. Então, a gente fez uma. Vamos fazer
682 duas. A nossa ideia é dar uma generalizada no tema por aí. A educação nesse dia
683 entregou eu acho que 40 daqueles micro-ônibus escolar só para transporte no campo.
684 Na verdade, eles vão entregar 400. Eles já entregaram 40 para os territórios prioritários,
685 mas eles vão chegar em 400. Vocês sabem que transporte público escolar é para a
686 população do campo. A gente sabia que tinha população no campo que não tinha. Eu
687 queria entra no tema da população de rua. Esse tema chega a me comover por dois
688 motivos. Um é por causa do tema mesmo. O Outro, eu tenho conversado com o Marcelo
689 que a gente está no ponto da política pública como estávamos em 93, quando a gente
690 começou a organizar. A minha tristeza é porque a gente levou 93, 94, 95, 96, 97 e 98,
691 mais ou menos seis anos testando e errando, para a gente chegar no que a gente
692 chamava de “ciclo completo” para o trabalho com o morador de rua, que é da abordagem
693 na rua até o orçamento participativo da habitação. E aí, foi passando pela unidade de
694 saúde com o doutor Marcelo, que a população de rua adora. Ele é o médico que atende
695 eles. Teve também toda uma discussão com a saúde. Então, foram anos de debate para
696 conseguir um lugar de referência, passando pela educação, pela qualificação. Nós
697 fizemos esse ciclo ficar completo. Foi é uma articulação intersetorial com as políticas,
698 até garantir uma porcentagem do orçamento participativo da habitação para aquele
699 morador que veio da rua. Tem um decreto, não tem? Nós chegamos a entregar alguns
700 apartamentos. Então, é um retrocesso, não só do nacional. A gente também não pode
701 focalizar o problema só em Belo Horizonte. Nós temos uma crise econômica. Uma crise
702 econômica gera mais gente na rua. Nós temos também o desemprego. Eu estava
703 brincando que sou secretária de desenvolvimento social e de desemprego. É triste!
704 Então, isso é fato. A gente tem que ser correto. A nossa avaliação, no meu caso, tem
705 que ser muito institucional. Eu acho que a avaliação política a Maria já fez. Tem eleição
706 aí. Ao escolher o projeto para Belo Horizonte, nós temos que escolher muitos outros
707 projetos, inclusive para a população de rua. É isso que está posto. Nós temos graves
708 problemas com relação aos direitos humanos. Isso, para mim, não tem debate. Não tem
709 discussão. Eu acho isso de uma gravidade enorme. Eu não estou falando só da
710 prefeitura. A gente sabe que tem violação de direitos humanos em várias instituições. A
711 gente tem relatos da política militar, nós não vamos mudar a cabeça da polícia militar
712 de 365 anos em quatro anos. As pessoas falam assim: “Ah! Mas o governador manda
713 para a PM”. Bom, ele é o chefe. A gente sabe que a cultura institucional ela muda ao
714 longo de muitos anos. Existem esforços, mas eles não vão dar conta de mudar isso para
715 amanhã, né? Quem estudou na Fundação João Pinheiro sabe. A gente deu aulas para
716 eles, eles têm estatuto. Esse grupo eu apoio. Esse grupo quando vê o colega ele não o
717 deixa. É esforço que não tem milagre, mas também não pode ter omissão. Essa reunião
718 a gente marcou, mas tem que desmarcar. A Simone está licenciada, e eu acho que ela

719 é fundamental. Não só pela experiência, porque já estava em Belo Horizonte nessa
720 época. Mas também, pelo comitê nacional que a gente coordenou lá em Brasília quando
721 estávamos lá. A nossa ideia é conversar institucionalmente com o município. Quando
722 eu era secretária em Belo Horizonte, era mais de R\$ 1 milhão. Eu não sei como é que
723 está agora. Eu confesso para vocês que eu não acompanho de perto. Então, é para ver
724 no que a gente a pode ajudar. A gente deixa muito claramente que a gente não vai
725 tolerar como coordenador do SUAS no Estado. Eu falei isso lá na Câmara. Isso é uma
726 questão institucional. A gente vai fazer essa reunião. Eu já conversei com o pessoal do
727 MP, já falei com o secretário Nilmário, porque a gente trata da parte da assistência
728 social. O secretário Nilmário coordenada o comitê inteiro. A ideia é que o próprio
729 Nilmário mobilize todos os agentes do Estado para gente dizer as interfaces que a gente
730 tem com o tema e para gente fazer uma conversa institucional com o município. O
731 Nilmário me contou. Esse comitê é um dos comitês mais itinerante nos direitos
732 humanos. O pessoal acompanha e faz. O que a gente está querendo é como se fosse
733 uma sala de situação. **MARTA ELISABETE:** Eu entrei em estado de choque quando eu
734 vi que os albergues não têm uma legislação que dispõe que eles têm que existir. Eu não
735 acredito. Tem uma tipificação, que não dá conta da existência. Então Rosilene, eu acho
736 que o comitê é uma coisa muito positiva para a gente poder avançar nessa política. Eu
737 fiquei muito chocada com isso. Eu queria até que você falasse um pouco para nós disso.
738 **ROSILENE ROCHA:** O que nós queremos propor para o secretário Nilmário é que a
739 gente tenha uma sala de situações diante da gravidade do assunto e das cobranças.
740 Nós estamos muito cobrados. Na Câmara é todo dia falando do assunto. A gente não
741 pode fingir que não tem essa situação. Eu tenho denúncias formais de violações de
742 direitos humanos em dois lugares, e daqui muitas vezes. Eu repito, não é só da parte
743 de uma instituição. Eu não estou dizendo que é só de uma instituição, mas tem violação
744 de direito humano de várias instituições. A minha proposta é a gente fazer uma sala de
745 situações. Eu já estou conversando sobre isso com o Nilmário, porque ele que coordena
746 o comitê. É o comitê da SEDPAC. Por último eu quero dizer que, essa história no campo
747 a gente está tentando tratar como um desenvolvimento social. Essa fala do Léo é muito
748 importante, é a ideia de que a gente não quer tirar ninguém do programa social em
749 Minas. A gente quer tirara as pessoas da situação de pobreza. Discutir isso no âmbito
750 do desenvolvimento social é muito importante, por isso essa insistência nessa estratégia
751 desse tipo. Muito obrigada. Eu ainda vou ficar aqui mais um pouquinho. Mas, agora, eu
752 tenho que deixar a Maria continuar a pauta do Conselho. Obrigada gente. **MARIA:**
753 Palmas, não é gente! **APLAUSOS.** Vamos seguir aqui para fechar essa parte de
754 informação da SEDESE com a Maíra. **MAÍRA:** Eu prometo que vou tentar passar bem
755 rapidinho, até porque tem algumas coisas que a gente já falou. Como a gente tem trazido
756 todos os meses o monitoramento sobre o preenchimento do plano de serviços, a gente
757 tem as informações sobre os planos de serviços. A gente tem: 624 aprovados; 205 em
758 análise técnica; 12 em preenchimento; 12 em análise pelo CMAS. Precisamos ver ainda
759 algumas pendências. Nos, através da diretoria de gestão do fundo, temos monitorado
760 os municípios. Pode passar, por favor. Juventude: 108 aprovados; 258 em análise
761 técnica; 343 em preenchimento; 143 em análise. A gente tem aquela discussão das
762 intervenções do projeto do fundo municipal. Pode passar. O Capacita a secretária já
763 colocou aqui. Nós vamos iniciar a capacitação no dia 15 de agosto. A gente vai ter um
764 ponto de pauta nessa plenária, à tarde, sobre o Capacita. A gente vai apresentar a
765 participação dos conselheiros estaduais no Capacita. Então, na parte da tarde, a gente
766 vai conversar um pouco sobre isso também. A secretária também já falou sobre a oficina

767 de apoio técnico. Nós fizemos para os municípios onde alguns estão de integrando a
768 estratégia de pobreza no campo. A gente convidou os municípios que receberiam os
769 veículos e que já tinham equipes volantes. A gente fez um recorte inicial. Foi bem legal
770 essa atividade. Teve uma hora que a gente falou assim: “Gente, não é possível!” Alguns
771 municípios falaram assim: “No nosso município a gente tem notícias mesmo de que tem
772 um acampamento, mas a gente não sabia que era pretensão nossa atender.” Ai, a
773 gente falou assim: “Nossa senhora!” Nessa oficina a gente ficou impressionado em
774 como que essa é uma discussão desconhecida. Essa oficina nos impressionou muito.
775 Mostrou a importância de a gente investir na capacitação. Não é algo dado. Essa oficina
776 de apoio técnico nos mostrou isso muito claramente. Pode passar. Isso a secretária
777 também falou. O Rodrigo deu um informe aqui falando da oficina de validação do
778 caderno da prestação social básica. A gente reuniu 51 convidados, falamos um pouco
779 sobre isso. A gente trouxe o pessoal das universidades, pessoas que estavam no
780 atendimento, pessoas da gestão, as instituições de ensino do Capacita, o Conselho. Foi
781 um momento bem pertinente. A gente discutiu muito do ponto de vista técnico e
782 metodológico com as políticas e intervenções. A gente discutiu a dimensão técnico-
783 cooperativa. A gente nem sabia muito bem como escrever, porque nunca escrevemos
784 sobre isso, de como pegar essa informação do sistema e incluir no planejamento, de
785 como que o planejamento vai para a execução. A gente sabe que temos algumas
786 limitações, a linguagem tem que ser muito clara, tem que dialogar com os profissionais.
787 A avaliação dos profissionais da ponta é que atendeu o objetivo, não é Rodrigo? A gente
788 está com boas expectativas. O próximo slide é sobre o PETI. Foi uma experiência muito
789 legal. A Soyla também falou da metodologia, do diagnóstico e do planejamento. Pode
790 passar. Nós fizemos uma videoconferência em parceria com a SEDPAC. O governo de
791 Minas fez uma semana da cidadania LGBT, nós estamos integrando essa semana a
792 coordenadoria da SEDPAC. A secretária está me lembrado aqui que foi publicado ontem
793 um vídeo nas redes sociais que foi bem legal. O Léo está falando que passou o vídeo
794 pelo WhatsApp. É super legal. A gente discutiu isso com os municípios e nos
795 surpreendemos mais uma vez. Os trabalhadores falaram muito disso, da dificuldade de
796 como está sendo o atendimento. A gente trouxe uma fala do presidente da Associação
797 Nacional de LGBT. Ele fez uma abordagem com os trabalhadores da assistência
798 conceitual, inclusive referente ao tratamento. É a travestir gente. Não é o travestir. A
799 questão da prevenção também na básica, como que deve ser o serviço em uma ideia
800 de prevenção, para que não haja rompimento de vínculos por causa da orientação
801 sexual. Então foi uma discussão super legal. Os municípios falaram dessa importância.
802 Agente trouxe essa pauta assumindo como nossa. Então, foi bem legal. A gente ficou
803 surpresa com a necessidade de termos que fazer outras ações. A gente acha que ainda
804 é pouco, precisamos investir mais. Pode passar, por favor. No dia 04 de agosto tem a
805 oficina de validação do caderno. A gente está fazendo algumas alterações. Nós tivemos
806 várias sugestões dos trabalhadores, do pessoal das universidades sobre alguns
807 aspectos que eles consideraram frágeis no caderno. A gente está fazendo as alterações
808 conforme as sugestões. Esse caderno é em parceria com AMM. Estão todos
809 convidados. A gente vai encaminhar formalmente o convite para o Conselho. E por
810 último, está previsto a gente fazer uma capacitação de entrevistadores do Cadastro
811 Único. São quatro turmas com 30 participantes cada. A gente percebe que muitas
812 informações não estão sendo registradas no CadÚnico, principalmente informações
813 específicas, por exemplo: Essa informação do trabalho infantil; A identificação da
814 comunidade quilombola, ribeirinho, indígena, acampamentos, reassentamentos. Isso

815 não está sendo feito no CadÚnico. A ideia é que a gente já vá incorporando essa
816 discussão materializando através da capacitação dos cadastradores do Cadastro Único.
817 Esses municípios foram escolhidos com base nos dados do MDS de baixa atualização
818 e revisão cadastral. A gente pegou os municípios que estão com mais dificuldades e
819 com os dados mais fracos na atualização do sistema. Pode passar. Eu acho que é isso.
820 Obrigada. **MARIA:** Muito bem. A Rosilene vai falar aqui. Depois da Rosilene, é a Silvana.
821 **ROSILENE ROCHA:** É porque eu esqueci. O movimento da população de rua pediu
822 uma agenda comigo. Como eu estou aqui hoje na cidade, eu vou recebê-los aqui às 14
823 horas, aqui no 7º andar. Então, se o Conselho quiser acompanhar. VOZ AO FUNDO
824 Eles falaram pelo WhatsApp, mas depois eles mandaram por escrito. Samuel, Edson e
825 Glaudiston. O Glaudiston é o Glaudiston do albergue? É outro né? Eu vou recebê-los
826 aqui no 7º andar, às 14 horas. É a primeira vez que eu encontro com eles assim. Eu
827 imagino que eles vêm um pouco com essa discussão que apareceu aqui. **SILVANA:** É
828 só que às vezes a gente fica “trocando pneu por carroça.” Essa questão do LGBT que
829 foram feitas várias rodas de conversas durante a semana. No CRAS as vezes chega
830 uma pessoa e ela não é atendida. A gente tem que pensar um pouco se é possível
831 atender essa demanda no CRAS. No “Capacita SUAS” esse profissional vai ser
832 capacitado para receber esse indivíduo? É em termo de concepção mesmo. Os
833 depoimentos que eu ouvir as pessoas são tratadas como piadas, porque o profissional
834 não tem a concepção para trabalhar essa questão. De repente ainda dá para inserir
835 essa temática. **MAIRA:** Ok. William e Rosilene, vocês querem falar sobre o informe da
836 Maíra? É? Então, William e depois a Rosilene. **WILLIAM:** Maíra é muito importante a
837 demanda mesmo. Quando estiverem próximas as capacitações, podemos abordar a
838 questão do benefício da dona de casa, aquele que é oferecido pelo INSS aqui na
839 regional oeste. É gritante gente a falta de informação dos profissionais em relação a
840 isso. Teve uma capacitação do INSS. A gente percebeu que quase ninguém sabe que
841 está tendo prejuízo, em função da falta de informação, principalmente lá no CadÚnico.
842 Eu acho que é uma grande oportunidade essa demanda que está sendo colocada, de
843 capacitação nesse sentido para cadastradores de CadÚnico e para a proteção social
844 básica. **ROSILENE TAVARES:** Eu quero parabenizar pela iniciativa, Maíra. Quero
845 colocar que no CRESS a gente tem essa pauta. Eu quero nos colocar à disposição para
846 fazer essas discussões, esses momentos e esses debates. É a garantia do acesso ao
847 direito, não é? A questão do preconceito, da descriminalização. Então, é muito
848 importante. A gente precisa realmente ampliar essa discussão que é muito importante.
849 **MARIA:** Maíra você vai esclarecer? Podemos passar já? Ok. Antes de passar para o
850 outro informe, a Rosilene informou que as 14 horas ela vai estar reunida. Se alguém
851 quiser acompanhar. Eu queria prever entre nós dois conselheiros. O que eu
852 vocês acham? A Sandra já vai. Quem mais? VOZ AO FUNDO O William tinha interesse
853 de ir também? Pelo fato de você ser de Belo Horizonte. VOZ AO FUNDO É no sétimo
854 andar daqui. RISOS VOZ AO FUNDO Fica combinado assim. Vai o William, a Sandra e
855 o nosso Leonardo. Agora, nós temos o Volney, que vai dar dois informes. Por favor,
856 Volney. **VOLNEY:** Aproveitando a presença da secretária aqui, eu queria verificar com
857 você Rosilene o seguinte. Nós tínhamos reunidos com os trabalhadores do SUAS. A
858 gente queria verificar se é possível a presença do Fórum dentro do Capacita SUAS,
859 para que a gente possa usar de pelo menos 30 minutos, para gente fazer essa
860 articulação com os trabalhadores. Queria saber se é possível dar uma pensada nessa
861 possibilidade. **ROSILENE:** O Capacita ele tem uma grade pedagógica, que é uma
862 exigência nacional que as universidades têm que cumprir. A gente tem que dá 40 horas

863 de conteúdo. O que eu acho que vocês podem fazer no início da aula de tarde
864 ou de manhã, mobilizar o povo. Vocês vão ter de fazer fora do horário, porque do horário
865 nós não podemos abrir mão nem para nós mesmo, por causa dessa grade está? Fora
866 isso, não tem problema. **VOLNEY:** Está ótimo. Eu queria justificar a minha ausência na
867 plenária ampliada. Eu estava participando do 1º Congresso Brasileiro de Prevenção ao
868 Suicídio. Eu quero destacar que a taxa de suicídio no campo é uma taxa muito alta. A
869 assistência social pode muito está contribuindo para essa prevenção do suicídio. Nós
870 temos uma média hoje de 5.5 suicídios para cada 100 mil habitantes no Brasil. Me
871 chama muito a atenção em Campo Belo, viu Hermellis? Lá nós temos a taxa' de 8.9
872 para cada 100 mil habitantes. É uma taxa muito alta. É uma temática difícil, mas hoje é
873 a terceira causa de mortes que nós temos no Brasil. No campo é preocupante. Como
874 eu estive no Congresso, depois a gente pode de repente trocar uma ideia sobre isso.
875 **MARTA ELISABETE:** A gente sabe que o Brasil em relação aos outros países a taxa
876 não é tão alta. A gente sabe disso. A Rosilene começou falando da pobreza no campo
877 e tudo. Eu já fui em dois municípios, com a população só rural, que tem uma taxa de
878 suicídios super elevada. Isso tem a ver com o isolamento das pessoas e delas não terem
879 nenhum tipo de perspectiva. Eu gostei desse programa porque, com essa integração,
880 dá essa condição para a pessoa. Trazer esse sujeito para a vida. Eu fui em dois
881 municípios comprovados. Mas, a gente não tem um estudo, pelo o que eu saiba. Eu sou
882 da região onde os territórios vão começar o trabalho de enfrentamento. Eu não sei se
883 tem. **VOLNEY:** A prevenção do suicídio se faz por todas as mãos. Ela não e faz apenas
884 por uma mão própria. Todos têm que dar as mãos para1 prevenção do suicídio. Eu
885 queria deixar essa mensagem com vocês. Se depois alguém quiser saber mais sobre o
886 informe, eu posso passar para vocês. Eu faço parte do grupo de monitoramento ao TAC
887 que foi feito pelo MP com relação ao pessoal de Candonga. Esse TAC ele vem
888 caminhando com bastante resolutividade. Todas as propostas de ajuste de conduta vêm
889 sendo cumpridas pelo empreendedor. Tem uma cláusula apenas que está um pouco
890 difícil de sair do papel, que é a cláusula 17. Eu vou ler rapidamente o que a comissão
891 deliberou sobre ela está? "A comissão analisou o ofício encaminhado pela Associação
892 Ativa de Soberbo e deliberou notificar o possível contratado da Ativa Soberbo para
893 comparecer a promotoria de justiça de Ponte Nova, para uma reunião a ser realizada
894 com membros do MP e representante da comissão, com o objetivo de cientificar da
895 necessidade de integrar o cumprimento previsto na cláusula 17 nos eu parágrafo 4º. A
896 comissão deliberou cientificando o contratado pela anuência dele contra esse ponto. O
897 MP poderá comunicar o consórcio para liberação da parcela necessária incluída na
898 primeira cláusula. Novas deliberações poderão ser feitas quando apresentadas. Como
899 deliberação dos outros recursos citados pela Ativa Soberbo, a comissão deliberou
900 indeferir o tempo que seja feita a contratação do profissional responsável pela
901 elaboração dos projetos, e que o mesmo cumpra integralmente os procedimentos
902 previstos no TAC. As demais, não foram apresentadas documentação que comprove os
903 pleitos de aportes e o que denominaram despesas imediatas. " Para aqueles
904 conselheiros que não sabem, o CEAS apenas está fazendo parte desse grupo de
905 monitoramento. Quem assumiu hoje todas essas ações foi o MP. O consócio destinou
906 dentro deste acordo um percentual financeiro para uma ativação econômica dessa
907 comunidade. Nós tivemos diversas dúvidas lá. Nós estamos entendendo que não valida
908 como reativação econômica. Eles querem fazer um investimento, a comunidade não vai
909 trabalhar e viver então desta renda. Eles fizeram um investimento agora de quase R\$
910 50 milhões nessa nova unidade. Eles estão batendo na tecla de fazer investimento em

911 laticínio pequeno dentro de Ponte Nova. A preocupação da equipe de monitoramento é
912 esse aporte que o consórcio fez. Se o empreendimento não der certo, o dinheiro acaba.
913 Não tem reativação econômica e as comunidades podem continuar na pobreza. O
914 promotor está fazendo um convite para um professor de Viçosa fazer uma explanação
915 de todo o projeto lá. Depois ele vai comunicar ao grupo de monitoramento para saber
916 se a gente delibera ou não esse recurso. Esses recursos estão bloqueados pelo MP. O
917 restante das cláusulas, todas vêm sendo cumpridas. Só está na dependência agora de
918 questões cartoriais. A sugestão que nós demos para a participação da EMATER lá na
919 reativação em Sete Quedas está indo muito bem, o pessoal está bem entusiasmado.
920 Infelizmente essa cláusula ela é um pouco emperrada. Seria esse o informe. O outro
921 informe. Eu estive representando este Conselho lá na SEDPAC, aonde eu pude
922 apresentar sobre os Conselhos nos polos da UAITEC. Tivemos 300 pessoas escritas
923 no polo. Eu acho que depois podemos pensar que este Conselho possa aproveitar de
924 certa forma as unidades UAITECS no Estado. O Conselho preparou um material onde
925 eu pude explicar um pouco o papel do nosso Conselho. É isso. **MARIA:** Muito bem,
926 Volney. Alguém quer tirar dúvida? Então, vamos seguir com os informes. A gente
927 agradece ao Volney. Pelo visto a nossa pauta até o horário de almoço vai fechar só até
928 os informes. Os informes hoje foram bem bacanas e profundos, né? Nós temos ainda a
929 Marta, que é da saúde, a Sandra e a Rosilene. Vamos começar com a Marta. **MARTA**
930 **ELEISABETE:** Na verdade, o informe que eu queria presidente, é pedir uma pauta no
931 Conselho para apresentar oficialmente o relatório das vistorias nas comunidades
932 terapêuticas do programa “Aliança”. Esse é um tema que eu acho que nós vamos ter
933 que discutir. As comunidades terapêuticas também são vinculadas as SEDS e a
934 SENAD. Eu queria trazer esse tema para cá. É um tema sério. Eu quero apresentar o
935 relatório. Eu vou entregar oficialmente te a você Maria. É uma apresentação que eu vou
936 ter que trazer mais gente comigo, demora um pouquinho. Então, eu queria pedir essa
937 pauta. E também gente, eu não pude ir, mas a pauta da saúde mental no Estado. Eu
938 não quero juntar as duas coisas ao mesmo tempo não. Eu acho mais importante trazer
939 neste momento a da comunidade, assim que for possível. **MARIA:** Ok. Sobre o que o
940 Volney coloca da nossa participação na utilização da tecnologia lá na UAITEC, eu acho
941 que é um processo desde a conferência. Eu concordo com ele. A gente precisa utilizar
942 mais, com mais frequência, para tratar de questões como algumas debatidas aqui hoje.
943 Essas questões, secretária, podem se tornar temas gerais e que a gente pode fazer isso
944 conjunto. Eu acho que interessante. Realmente, Volney, vamos pensar em fazer isso
945 mais vezes. Sobre a proposta de pauta trazida pela conselheira Marta, a gente vai
946 garantir nas próximas plenárias. Vamos pensar na de agosto ou setembro, Consolação.
947 A gente vai comunicando com você e aí você articula. Não tem problema trazer alguém
948 para fazer exposição não, é tranquilo. Companheira Sandra. **SANDRA:** Um informe
949 sobre a reunião em que eu fui indicada para estar no CNAS. A reunião aconteceu dia
950 07 de junho. Eu não pude estar na reunião ampliada lá na SEDESE para estar passando
951 alguns informes. Eu tenho o material aqui. Eu vou entregar, na pessoa da Consolação.
952 Tiveram três pontos: A apresentação do Plano Decenal; A apresentação do
953 planejamento do CNAS. Eu trouxe. Eles permitiram socializar. Eu acho interessante a
954 gente até pegar como exemplo para a gente vê se aprimora; E também, a posse dos
955 conselheiros, na parte da tarde. Eu pelo um minuto para falar das considerações iniciais.
956 Sem elas, eu não consigo nem falar. Essa plenária foi após o fatídico dia 12 de maio. A
957 situação era dos conselheiros novos e todo mundo ansioso nessa plenária. Eu preciso
958 de um minuto para colocar aqui qual que era o sentimento. “Naquele dia, a percepção

959 sobre a reunião, era um o sentimento de indignação, insegurança, raiva, tristeza e
960 perplexidade. E teve muito mais. Alagoas falou do medo que estavam todos os Estados,
961 o medo do retrocesso que poderia acontecer. Chamou para a luta! ” Eu quero fazer um
962 parêntese, porque foi mais de uma hora essa apresentação. Os conselheiros da
963 sociedade civil se manifestaram indignados com tudo o que estava acontecendo.
964 “Pernambuco foi atrás e abriu para os demais expressarem qual era o sentimento e
965 avaliação sobre o governo interino. O clima ficou tenso, muito informal, sobre o fato de
966 um membro do MDS ter sido afastado do cargo, porque ele falou a sua percepção, para
967 um novo Ministério, para os novos componentes. A segurança já estava presente, e
968 piorou ainda mais com o parecer da linha de frente. Os do governo, se apresentaram. A
969 secretaria executiva trabalhando, as também atenta as mudanças. Na mesa redonda,
970 diante de cada conselheiro, estava a bandeira representando cada Estado. Eu fiquei
971 pensando o tempo todo como seria daqui para a frente. Quantas foram histórias de vida
972 daqueles conselheiros, experiências, vivências, lutas e militâncias, que agora também
973 presentes as angústias, tristezas e incertezas. Teremos que começar tudo de novo?
974 Foram tantas lutas! Demorou tanto para que a assistência social fosse um dever do
975 Estado e um direito do cidadão. Será que vai haver um retrocesso? Diante desse
976 quadro, tem muitas coisas que ainda não consolidou. Pode mudar tudo assim? E nós
977 que votamos, acreditamos, que ficamos felizes com a possibilidade de uma nova
978 democracia e de termos participarmos de tantas lutas nessa militância. Como assim?
979 Olhando a bandeira fiquei pensando o papel histórico de Minas Gerais na construção
980 de tudo neste país. Nós não podemos deixar perder a liberdade e que isso seja tirado.
981 Vamos à luta! Não quero fazer, nem receber, como já recebi, a assistência social pela
982 a minha avó, que já recebeu uma lata de leite. A pessoa que fazia a caridade falou
983 assim: Dona Maria! E ela chamava Tereza. É só essa vez. Mês que vem a senhora não
984 volta aqui não! A minha avó nunca mais lá voltou. Eu não quero fazer e nem receber a
985 assistência social como um favor. Eu quero continuar fazendo a assistência como um
986 direito, olhando nos olhos dos usuários falando de todas as maneiras. Para eles, são
987 sujeitos de direitos que se encontram naquela situação porque falhamos todos nós.
988 Vivemos em uma sociedade, por conta disso, não deve se sentir menos. Existem
989 sujeitos totalmente excluídos da riqueza, da educação, da renda tão abundante no
990 nosso país, mas só para alguns. Não são eles que devem abaixar os olhos, a cabeça,
991 quando não recebem um benefício. E sim, nós, que falhamos na construção deste país
992 quando votamos, quando não votamos e como alienamos diante de tudo. Eu desejo a
993 todos que não deixem morrer as convicções, as paixões e os sonhos. ” Eu digitei
994 rapidamente. Nesse momento, eu cumprimento a Rosilene. Nós trabalhamos muito
995 juntas. Rosilene, eu acho que nos acalma um pouco, nos tranquiliza, você estar nessa
996 gestão, neste governo, embora a gente saiba que não é só a SEDESE que vai dar conta
997 disso tudo que está aí. Eu, você e a Simone Albuquerque já nos encontramos muitos. A
998 gente sabia que tínhamos um mesmo horizonte. Eu acho que isso é o mais importante.
999 A gente não vai concordar sempre, a gente vai divergir. Mas, nós temos o mesmo
1000 horizonte. Isso tranquiliza um pouco. E assim como eu falei do Bruno, eu falo da
1001 Rosilene, que saiu de traz da mesa e foi na instituição Salesiano para poder sensibilizar.
1002 Um momento fundamental foi quando você foi até o Salesiano conversar para não
1003 entregar a frente. Foi uma validação da valorização. Eu sempre gosto de dá esse
1004 depoimento, porque são nessas memórias que a gente se fortalece. Eu trouxe esse
1005 depoimento gente porque esse erra o clima de Brasília naquele dia. Tiveram novos
1006 conselheiros chegando, depoimento de funcionários afastado porque expressou uma

1007 opinião sobre o Ministério. Então, estava muito triste! A fala da professora ficou
1008 comprometida porque estavam todos tensos. A tarde seria a posse dos conselheiros,
1009 que foi furto também de uma eleição muito acirrada. De parte a pauta foi a posse dos
1010 novos conselheiros, a gente foi para outro espaço. Eu como representando da
1011 FENATIBREF e do SINTIBREF estamos também lá no Conselho Nacional. De manhã
1012 ouve a apresentação do plano decenal e esse planejamento do CNAS. Pode colocar o
1013 do plano decenal, porque aí a gente passa rápido. Eu perguntei se poderia passar para
1014 os Estados e ela permitiram. Ela coloca os aspectos abordados no plano: Relevância
1015 do plano decenal e o processo de elaboração; as convergências de diretrizes, objetivos
1016 e metas do segundo planos; Análise do plano; Conteúdo do plano; E sugestões de
1017 controle do segundo plano. Pode passar. Ela falou que os planos são: Técnicos e
1018 políticos; A gente não deve se esquecer dessa dimensão; estruturantes nas gestões
1019 políticas e sociais que indicam caminhos de aprimoramento; E deve se reconhecer o
1020 limite da realidade atual. A gente está vivendo em um cenário complicado, mas a gente
1021 tem que ter uma visão do futuro para onde a gente vai. Ela trouxe esse histórico de tudo
1022 que minuciou para estar chegando no plano. Pode passar. O plano decenal é uma
1023 proteção social para todos (as) brasileiros (as). Pode ir passando. O tema: Plano
1024 republicano do SUAS, rumo a 2026. O SUAS que temos e o SUAS que queremos. Essa
1025 foi a chamada. Os subtemas: Enfrentamento das situações de desproteções sociais na
1026 cobertura de serviço, programas, projetos, benefícios e a transferência de renda; O
1027 pacto federativo na construção do SUAS e o fortalecimento da participação do controle
1028 social para a gestão democrática. Pode passar. As dimensões da conferência:
1029 Dignidade humana; Justiça social; Princípios fundamentais para consolidação do SUA;
1030 A participação social; Fundamento do pacto federativo; primazia das responsabilidades
1031 do Estado para um SEU público, universal, republicano e federativo; Qualificação do
1032 trabalho no SUAS na consolidação do pacto; Assistência social é direito no âmbito do
1033 pacto federativo. Pode passar. As principais prioridades que ela aponta: Universalizar
1034 o acesso considerando a especificidade de grupos populacionais. **MARIA:** Sandra, só
1035 um minutinho. A gente estava lendo aqui. É para você fazer uma avaliação de forma
1036 geral e disponibilizar isso para cada conselheiro. **SANDRA:** Depois eu vou passar. Só
1037 uma coisa que eu achei interessante. Quando a professora terminou ela perguntou
1038 assim para a gente; “Se a gente quer que a assistência social daqui a dez anos traz
1039 para gente o controle social que nós queremos.” Diante de todas essas diretrizes, essas
1040 dimensões que foram colocadas aí, o quê que nós, enquanto Conselho Estadual temos
1041 que aprimorar e repensar para realmente sermos vigilantes e para fazermos um controle
1042 social efetivo diante do que ela colocou? Ela também fala da importância da formação
1043 do trabalhador. Eu achei muito interessante um eixo que ela colocou da importância de
1044 capacitar. Eu coloquei a questão do Capacita SUAS, o avanço do Piso Mineiro. Eu dei
1045 um informe de Minas Gerais sobre os avanços que a gente já tinha alcançado. Ela faz
1046 uma referência sobre a importância desse trabalhador, de capacitar e de cuidar dele.
1047 Enquanto gestora na alta complexidade, eu vejo o quanto esses trabalhadores ficam
1048 necessitando não só de temas, mas de capacitação técnica. Então eu coloco, para além
1049 dessa capacitação técnica, pensarmos em alguma formação ou em algum apoio, talvez
1050 psicológico, para esse trabalhador que está lá na ponta. Eu vou passar para a
1051 Consolação. Mas assim, foi muito interessante. O clima foi esse, por isso eu fiz questão
1052 de deixar aquele registro. A gente estava pensando para onde vamos e o que vai ser
1053 daqui para a frente. Eu vou passar para a Consolação o planejamento do CNAS para
1054 os próximos dois anos. Eu achei que a gente pode se inspirar nele, aprimorar o nosso

1055 planejamento. Tem ponto aqui que fala pontos específicos da relação do CNAS com os
1056 Conselhos Regionais. A gente pode debruçar isso também na comissão de política e
1057 nas demais. À tarde, nós fomos para a posse dos novos conselheiros da sociedade civil
1058 junto com os conselheiros indicados pelo governo interino. É esse o meu relato. Eu
1059 queria ter mais tempo para estar falando mais coisa. Eu vou passar para a Consolação.
1060 Fica aí para a gente destrinchar os temas e as dimensões nas comissões. Está bom?
1061 Obrigada por tudo. **MARIA:** Ok Sandra. **ROSILENE TAVARES:** É bem rapidinho. O
1062 Conselho Federal de Serviço Social realizou na semana passada o Seminário Nacional
1063 de Serviço Social, Relações Fronteiras e Fluxos Migratórios Internacionais. Isso Tem
1064 muito a ver com o que discutimos aqui hoje. Um cacique vai trazer uma reflexão da
1065 questão de quando o índio vai para o urbano, quando ele perde a identidade, a situação
1066 de rua. A assistência social da Cáritas teve um papel social importantíssimo, belíssimo
1067 e emocionante. Não teve quem não ficou emocionado com o trabalho. Está lá no site
1068 do CFESS. Eu vou mandar o link para o CEAS. As palestras estão lá no site. Eu acho
1069 que vale muito a pena. Obrigada. **MARIA:** Ok Rosilene. Encerrando agora para gente ir
1070 para o almoço. A gente volta as 13h05min. para fechar agora a manhã, eu queria
1071 convidar a todos, os que queiram, para a gente fazer uma foto. É para a gente divulgar
1072 no Minas em defesa do SUAS e em outras redes sociais ok? A gente volta as 13h05min,
1073 pode ser? **PARTE 3 MARTA SILVA:** A comissão de política ontem analisou sete pontos
1074 que a gente tinha. O primeiro ponto foi a apresentação que a diretoria de proteção básica
1075 da SEDESE com relação ao programa bolsa família. Eu só vou fazer um relato do
1076 trabalho que vem sendo desenvolvido ao longo de 2015 e esse primeiro semestre de
1077 2016. Eu vou pegar só alguns pontos está? A preocupação da SEDESE é de que alguns
1078 coordenadores e gestores do bolsa família desconhecem e que podem delegar perfis
1079 de acesso específico e estratégico para consultas e outras especialidades; A não
1080 capacitação de entrevistadores sociais do programa bolsa família. Tanto que a Maíra
1081 nos informes disse que foram programadas capacitações para esses entrevistadores do
1082 bolsa família. Isso para a gente é muito positivo, para depois a gente reconhecer o foco
1083 integrante da equipe de referência do SUAS. Durante a nossa reunião nós reunimos a
1084 comissão de política em conjunto com a comissão de normas, neste ponto. Os
1085 conselheiros sugeriram ao Wagner que convide os Conselhos quando houver
1086 videoconferência sobre esse tema, porque eles são a instância de controle do bolsa
1087 família. Além, de divulgar nos municípios, depois da transmissão da videoconferência,
1088 o local de acesso aos vídeos, para que depois os técnicos e conselheiros também
1089 possam estar assistindo com mais facilidades. Como encaminhamento das duas
1090 comissões, nós elaboramos uma resolução do Conselho Estadual que recomenda a
1091 criação das comissões intersetoriais nos municípios, embora isso já esteja previsto no
1092 decreto 5.209. Então, seria mais um incentivo do Conselho Estadual para a criação das
1093 comissões nos municípios integrando a assistência, educação e a saúde. Na próxima
1094 plenária a gente vai trazer o texto dessa resolução para a gente poder ver e discutir. O
1095 próximo ponto de pauta foi que, o MDS encaminhou para o Conselho Estadual um ofício
1096 solicitando ao Conselho Estadual que verificasse a situação dos serviços especializados
1097 de abordagem social de Belo Horizonte. E, que este Conselho acompanhasse o
1098 processo de execução do serviço. Informamos que o monitoramento do
1099 acompanhamento seria realizado pela SEDESE. O que motivou essa denúncia lá na
1100 ouvidoria do MDS foi uma informação de que a ação de serviços especializados de
1101 abordagem social mudou de executora. E, que teria havido uma interdição na prestação
1102 do serviço. Por isso que o MDS se posicionou e foi isso o que o MDS pediu, que o

1103 Estado e o CEAS verificassem realmente se os serviços teriam sido interrompidos. Pela
1104 normativa os sérvios não podem ser interrompidos. O encaminhamento que a gente fez:
1105 A Sandra foi a pessoa escolhida pela comissão para junto com a SEDESE ir fazer visita,
1106 reconhecer como estava a situação do serviço junto a ONG. E também, um
1107 representante da secretaria executiva participou da reunião da comissão de política com
1108 CMAS, que também tratava sobre o mesmo assunto. Foi uma tentativa também de estar
1109 colhendo mais informações para gente trazer a este Conselho. Durante a discussão nós
1110 tivemos acesso a um breve relatório da Sandra, porque ela não pôde estar aqui ontem.
1111 A gente até achou que a gente estava com o ponto perdido, mas a comissão fez questão
1112 de analisar e ver o relatório. O relatório da SEDESE também está inconcluso. Então,
1113 tanto o relatório da Sandra e da SEDESE estão inconclusos. De tudo o que a comissão
1114 pôde apurar, é que o serviço continua na perspectiva de uma terceirização. Houve sim
1115 um período em que o serviço ficou prejudicado, foi exatamente no momento do
1116 reordenamento de passagem de uma entidade que prestava o serviço para a outra. Isso
1117 foi possível de verificar, porque tiveram relatos. Embora, juridicamente, não tenha tido
1118 descontinuidade dos convênios que atendiam, houve uma transição e uma modificação.
1119 A SEDESE vai continuar verificando o serviço. Ao final, vai dá um parecer conclusivo se
1120 teve continuidade e se não teve. Com relação a isso, um encaminhamento para a gente:
1121 Que este Conselho encaminhe para SEDESE solicitação de informações sobre o
1122 relatório desde a primeira visita. E, que também, a SEDESE tente apurar porque que o
1123 município e qual é a justificativa que o município tinha de ter feito a opção de fazer um
1124 chamamento público em contraposição pela a equipe de servidores concursados que
1125 poderia estar prestando esse serviço. Nós queremos o esclarecimento do porque a
1126 opção do município foi esse chamamento; A outra é se o município tem um plano de
1127 educação e capacitação permanente do SUAS. Uma das questões da denúncia é que
1128 os servidores que haviam assumido o serviço sem fazer nenhuma capacitação, embora
1129 os relatórios tenham dito que a ONG capacitou os seus trabalhadores e que tem um
1130 plano de capacitação; E, se mesmo com a ONG prestando os serviços, ainda com isso,
1131 tudo está sendo competência e propriedade de cada equipe da proteção básica e
1132 especial, do Centro POP e se o vínculo dos trabalhadores está sendo respeitado; E que
1133 o Conselho Estadual encaminhe ao MDS a informação de que este Conselho está
1134 acompanhando todo o processo, que a conselheira Sandra e a equipe foram fazer a
1135 visita e conhecer como que está o serviço. Mas que ainda a gente não tem um parecer
1136 conclusivo. A gente precisa dá um retorno ao CNAS de que este Conselho já fez alguns
1137 encaminhamentos. Esses são os encaminhamentos que a gente está trazendo para a
1138 plenária. **SANDRA:** Na reunião com o Conselho Municipal o ponto da metodologia não
1139 ficou clara. Eles solicitaram a entidade para apresentar a metodologia. Não deu tempo,
1140 para ser na plenária, me parece que ficou para a próxima. A gente colocou para a
1141 secretaria também de onde que ela está ligada, por exemplo, as questões do albergue,
1142 isso é questão da abordagem sim, mas da secretaria também. É ela que acompanha os
1143 albergues. Se a equipe de supervisão vai permanecer com a entidade, a equipe de
1144 supervisão tem está atuante. Por mais que essa responsabilidade é da entidade que
1145 está executando o trabalho, também é da supervisão a fiscalização. Eu chamei essa
1146 responsabilidade. Eles já foram chamar para prestarem conta no Conselho sobre essa
1147 metodologia na abordagem. **MARTA SILVA:** A gente teve até dificuldade de fazer
1148 alguns encaminhamentos porque ainda estávamos averiguando as informações. Eu
1149 sugeriria que todo o Conselho, não só apenas a comissão, a gente pautasse o assunto
1150 em uma plenária do Conselho, para que os trabalhadores viessem, a entidade viesse,

1151 os usuários viessem, para a gente conversar um pouco melhor sobre isso. VOZ AO
1152 FUNDO Não. Eu não sei se a tipificação fala o porquê terceirizar. É rede, né? VOZ AO
1153 FUNDO **SANDRA:** Historicamente o serviço da alta complexidade é com a própria rede
1154 de assistência social. O programa Centro POP, que é abordagem, todavia, não foi
1155 execução direta. Eu sei que anteriormente era a AMAS que fazia a gestão no sentido
1156 dos trabalhadores. **MARTA:** Ok? **MARIA:** Podemos votar todos os encaminhamentos
1157 juntos? **MARTA SILVA:** Ainda tem mais! **MARIA:** Mais pontos? **MARTA SILVA:** São
1158 sete pontos. **WILLIAM:** Eu preciso sair agora. Mas eu gostei muito desses
1159 encaminhamentos. O PAEF está tendo uma interpretação que, me parece, que está
1160 sendo colocada como executor de um serviço que muitas das vezes não é dele. Eu
1161 gostaria de frisar isso. A população de rua é acolhida pela gestão básica e pelo PAEF.
1162 O PAEF no acompanhamento familiar está em situação de violação. Nem sempre a
1163 população de rua está em violação. Às vezes, ela quer estar em situação de rua. Isso é
1164 um direito dela. Eu gostaria que representasse isso também solicitando informação
1165 sobre isso. Está bem? **MARTA SILVA:** Posso prosseguir no relato? Ok. Nós recebemos
1166 uma denúncia de um psicólogo de Pains, que encaminha a ata da criação do Fórum de
1167 Trabalhadores do SUAS. E, também encaminha para gente, o comunicado de rescisão
1168 do contrato dele. Ele é um técnico no município de Pains. No entendimento dele, ele
1169 está denunciando que a rescisão dele tinha sido uma perseguição política. Eu não vou
1170 fazer o relato da situação, mas ele está pedindo apoio do Conselho Estadual em relação
1171 à situação dele sobre o que está acontecendo no município. Nós discutimos na
1172 comissão que o município tema sua excepcionalidade com relação aos seus servidores,
1173 que a gente sobre isso não podia intervir, porque não é competência do Conselho. Mas,
1174 que a gente orientaria que se no dia da rescisão de contrato do trabalho dele apontasse
1175 alguma irregularidade, que ele deveria então encaminhar para solicitar apoio do seu
1176 sindicato. Então, Volney, nós vamos orientar esse psicólogo a procurar o PSIND para
1177 verificar se sem alguma relação de trabalho que extrapolou, se houve algum excesso,
1178 algum abuso, algum assédio. Nós fizemos as orientações no sentido de que os
1179 trabalhadores procurem isso. E, também solicitamos que, a secretaria executiva levante
1180 alguma das questões expostas colocadas na denúncia e de várias situações que
1181 estavam acontecendo no município. Nós vamos buscar confrontar as informações que
1182 ele colocou com o sistema de informação que a gente tem. Uma pessoa da secretaria
1183 executiva, técnica da comissão, vai até a SEDESE e nós vamos começar a levantar as
1184 informações que temos disponíveis no sistema para a gente tentar começar a fazer um
1185 diagnóstico. O encaminhamento é que o Conselho solicite a SEDESE participação no
1186 diagnóstico geral da situação do município. O encaminhamento foi esse. Outro ponto é
1187 sobre o município de Presidente Kubitschek. Essa pessoa já fez uma denúncia neste
1188 Conselho. O Conselho já deu uma resposta ao denunciante com relação ao que ele
1189 estava propondo. Essa pessoa prestava um serviço para o município de Presidente
1190 Kubitschek. O município rompeu a prestação desse serviço continuando fazendo a
1191 prestação de serviço de forma voluntária. Isso inclusive foi aprovado em uma resolução
1192 no Conselho em conferência municipal. O nosso entendimento é que a empresa dele
1193 fosse a responsável por fazer todo o trabalho em rede, trabalhando os dados do bolsa
1194 família, os dados da saúde e tal. Houve uma revogação dessa gestão com relação ao
1195 acesso dele a essas informações. Nós tínhamos entendido que a gestão estava correta.
1196 Ela poderia rever essa situação com ele, rever o acesso dele ao sistema e que o
1197 Conselho Municipal teria todo esse poder de revogar isso. Nós vamos responder ao
1198 denunciante que o Conselho e gestão têm sim autonomia nessa tomada de decisão;

1199 que o CMAS pode sim rever uma decisão que ele fez sobre isso. Nós precisamos
1200 consultar uma resolução do Conselho Estadual, que segundo a resolução, o Conselho
1201 deve encaminhar este tipo de denúncia ao MP. Observando essa resolução,
1202 recomendamos o Conselho que encaminhe essa situação para o MP. Com relação à
1203 Guanhães, teve um decreto que estabeleceu que a jornada trabalhista dos assistentes
1204 sociais era de 30 horas. Recentemente esse decreto foi revogado. A servidora da
1205 prefeitura de Guanhães coloca o questionamento das 40 horas. O Conselho não estava
1206 cumprindo a orientação do Conselho Estadual. O edital de lá estabelece uma jornada
1207 de trabalho de 40 horas para os assistentes sociais. O Conselho orientou o município a
1208 conservar a legislação que estabelece às 30 horas para os concursados e que fosse
1209 colocado no novo edital aquela jornada. Nós orientamos que o Conselho Municipal
1210 acompanhasse o concurso, verificasse o edital e tomasse as devidas providências
1211 pertinentes. Agora, com relação à denúncia dela de alteração na carga horária, a gente
1212 informou que continuaríamos observando e que ela recorresse ao sindicato. A gente
1213 não tinha nenhuma medida a mais a tomar já que ela já tinha tomado os seus
1214 encaminhamentos. O ponto seis. A secretaria municipal de Itambacuri tem atendido
1215 demandas da justiça lá daquela comarca, assumindo as atribuições de analistas dos
1216 serviços sociais e judiciário. Isso porque, a pessoa judiciária eu acho que abriu mão da
1217 vaga. Então não foi composta a vaga lá naquela região. O sistema tem encaminhado
1218 para a secretaria municipal todos os processos que aquela antiga executora realizava.
1219 O encaminhamento que nós estamos recomendando é a gente encaminhar para eles
1220 uma nota técnica do MDS que dispõe sobre isso; além, de encaminhar a situação para
1221 o MP para ter conhecimento. Tem um documento do Conselho Nacional de Justiça que
1222 recomenda que as comarcas tenham as suas próprias equipes. O outro assunto é outro
1223 denunciante, de Itamarandiba. Ele também está sendo destrutado na profissão.
1224 Também tinha uma norma do município que tratava sobre os programas federais e
1225 estaduais e como que seria o pagamento dos servidores neste caso. O
1226 encaminhamento é que a gente encaminhe justificativas e normativas para essa pessoa,
1227 estabelecendo de forma clara o que são programas e serviços. E, que nós vamos dar
1228 conhecimento ao Conselho Municipal das denúncias e informações, aguardando que o
1229 Conselho Municipal nos encaminhe mais informações que nós levemos a levar alguma
1230 posição sobre o assunto. São esses os assuntos. A gente já contou nessa reunião com
1231 a presença do Fórum Estadual de Trabalhadores, para eles conhecerem um pouco a
1232 natureza dessas denúncias que a gente tem recebido. E também, para que o Fórum
1233 começa a trabalhar com pautas que atendam essas solicitações em relação aos
1234 trabalhadores do SUAS. Que o debate aconteça aqui, mas também no Fórum. Nós
1235 colocamos o apoio deste Conselho para o Fórum dos Trabalhadores quando for
1236 necessário. É uma meta deste Conselho apoiar o Fórum e a criação dos Fóruns
1237 Regionais. Nós colocamos o Conselho a disposição do Fórum Estadual, para que a
1238 gente consiga alcançar essa meta deliberada na última conferência estadual. Já como
1239 encaminhamento, duas conselheiras nossas já está aliando a reunião deles com a
1240 reunião da comissão. O Fórum vai se reunir no mesmo dia que a comissão de política
1241 se reúne. Duas conselheiras nossas, Rosilene e Érica, vão participar da reunião do
1242 Fórum. Se alguém quiser complementar. **ÉRICA:** A gente discutiu ontem e continua
1243 discutindo é a questão da necessidade de instituir mesas de negociação Isso é uma
1244 coisa que cabe ao executivo. É isso o que a gente estava conversando. A gente avalia
1245 a participação da Patrícia como muito positiva. A gente estava conversando aqui é o
1246 pedido de levar as representantes para a capacitação. Eu acho que isso é muito

1247 importante. Então, é usar esse espaço no Capacita SUAS para movimentar isso Lá. Eu
1248 até me coloquei a disposição lá. Eu vou fazer essa articulação com os trabalhadores.
1249 Eu acho que deveríamos tirar um encaminhamento de que, quem for levar a questão
1250 dos Fóruns de Trabalhadores, dos Fóruns de Entidades, dos usuários, de URCMAS né?
1251 Tudo a gente consegue regionalizar no Estado. É para a gente não fazer uma ação só
1252 metropolitana. É isso. **ROSILENE TAVARES:** Complementando o que a Érica colocou,
1253 vai ser muito importante essa ligação do Conselho com o FET SUAS. Foi deliberada na
1254 conferência nacional a proposta de ter um recurso lá no FIA para bancar as despesas
1255 de todos os Fóruns: Entidades, Usuário e Trabalhador do SUAS. Quando a gente for
1256 fazer o monitoramento das deliberações nas conferências, devemos ficar em alerta com
1257 essa proposta. É isso. **MARIA:** Ok Marta? Tem algum conselheiro que queira mais
1258 esclarecimento sobre os pontos da comissão de política? Tem alguém contrário aos
1259 encaminhamentos colocados? Considera-se aprovado por unanimidade os
1260 encaminhamentos trazidos pela comissão de política relatados pela conselheira Marta.
1261 Vamos passar agora para a comissão de normas. **RODRIGO:** O ponto um diz respeito
1262 à deliberação da plenária passada sobre o assunto da inscrição das entidades em nível
1263 regional. Ainda neste tema, a gente orientou a SEDAS e ao Conselho de Itajubá que a
1264 reunião do CEAS é pública. Eles foram convidados a participarem. Esse ponto a
1265 comissão fez um indicativo de tratar na próxima reunião, dia 18/08/2016, levando em
1266 consideração a agenda dos nossos convidados. O ponto dois é uma solicitação de
1267 agendamento da equipe do PAS da PCH Serra das Agulhas. O relatório final do PAS
1268 da Serra das Agulhas foi aprovado na última plenária, sendo que o posto terá que ficar
1269 atuando até seis meses após a obtenção da licença de operação, como relatou o
1270 conselheiro Luiz George. A gente está fazendo o seguinte encaminhamento: A gente
1271 está agendando uma reunião com a equipe da PCH Serra das Agulhas com a comissão
1272 de normas, no dia 02 de agosto de 2016, às 15 horas. No caso, a reunião será com
1273 os integrantes da comissão daqui da capital, os do interior, a gente deixou a disposição
1274 do conselheiro. O ponto três é uma solicitação de agendamento de reunião da equipe
1275 CE Energética que acompanha a PCH Fumaça, para apresentação da equipe. Também
1276 para este mesmo dia 02/08. Será às 13 horas. Tem uma proposta de apresentação da
1277 comissão. O ponto quatro é a continuação da revisão da lei estadual 12.612 de 96, que
1278 dispõe sobre a política estadual de assistência social. A comissão faz o seguinte
1279 encaminhamento; um painel indicativo da revisão da lei estadual, comparando os
1280 artigos; que esse material seja encaminhado para os demais conselheiros do CEAS
1281 para avaliação e contribuição, em especial a comissão de política; E, também sugere
1282 que, as contribuições sejam encaminhadas até o dia 15/08/16. Eu só queria reforçar que
1283 é um momento importante para todos os conselheiros contribuírem para o
1284 aprimoramento da situação, uma vez que estamos próximos e esses possíveis
1285 retrocessos, que a gente fortaleça também a nossa legislação estadual. Eu espero que
1286 os senhores possam estar nos auxiliando, e que a nossa legislação estadual sirva de
1287 exemplo para os demais Estados. O ponto cinco. O CNAS encaminhou ao CEAS um
1288 relatório das entidades de assistência social certificadas no exercício de 2015 e no
1289 primeiro trimestre de 2016. Chegou para a comissão de normas avaliar o relatório. Já
1290 dando um indicativo para o mês que vem, a comissão traz aqui a revisão da resolução
1291 do processo de análise relativa aos planos de assistência social para população de
1292 áreas inundadas por reservatórios – PAS/Barragem. Esse encaminhamento foi gerado
1293 em maio até junho, sendo encaminhando aos conselheiros para as avaliação e
1294 contribuição. A comissão traz isso. Se alguém quiser fazer alguma intervenção.

1295 Obrigado. **VOLNEY:** Com relação aos convidados para a próxima plenária, seria só para
1296 a nossa comissão? Ou os demais conselheiros seriam convidados? Eu acho que é um
1297 ponto importante para os demais parceiros na discussão. Eu queria colocar isso como
1298 reflexão para sode mais conselheiros. **RODRIGO:** Só esclarecendo. A gente pensou em
1299 trazer a Dalma, o Régis e a Dra. Paola, naquela questão das entidades e sua execução
1300 em nível regional. Depois a gente vê com a Maria, com a secretaria executiva, se é
1301 pertinente a possibilidade de participação dos nossos colegas. **CONSOLAÇÃO:** Só
1302 para esclarecer. As pessoas convidadas elas tinham disponibilidade de estarem aqui. E
1303 foi ao contrário, né? Quando você falou deu a impressão de que eles não tinham
1304 agenda, eles tinham. A comissão estava com três pessoas, por isso a gente acho que
1305 seria um prejuízo a discussão. É só para falar que elas tinham disponibilidade sim. Elas
1306 tinham confirmado a presença aqui. Em relação ao outro ponto, a gente vai ver a pauta
1307 das comissões. A gente via ter que fazer uma análise com a mesa diretora para ver se
1308 a gente consegue o maior número de conselheiros. **MARIA:** Fica aqui acatada a
1309 proposta. É importante mesmo se mais conselheiros puderem participar do processo.
1310 Esse processo nós vamos construir junto com as comissões, aonde dá para juntar mais.
1311 Mais alguém quer algum esclarecimento sobre os pontos trazidos? Tem alguém
1312 contrário dos encaminhamentos e sugestões trazidos? Então, considera-se os
1313 encaminhamentos aprovados por unanimidade. A gente passa agora para a comissão
1314 de apoio. **SOYLA:** Inicialmente eu gostaria de fazer uma observação. A gente está tendo
1315 um número muito grande de denúncias do CMAS, principalmente dos trabalhadores, em
1316 relação à questão da paridade de governo e sociedade civil. Eu acho que seria
1317 importante a gente repensar isso dentro da mesa diretora mesmo a questão da
1318 denúncia. Talvez exista uma possibilidade de ouvidoria, uma coisa, porque está
1319 sobrecarregado as comissões essas questões de denúncias. Tem cinco pontos que eu
1320 vou está trazendo da comissão. A gente vai está convidando o CMAS de Caratinga para
1321 estar vindo aqui no Conselho no próximo mês, com relação essa questão da paridade.
1322 Quem vai estar responsável é a Páscoa, não é pascoa? Se não tiver a possibilidade de
1323 fazer esse plantão com o município vindo para cá devido à questão econômica que
1324 estamos vivendo, será realizado nem que seja através de câmara mesmo, como se
1325 fosse uma teleconferência. Outra questão que eu queria levantar com vocês é a
1326 possibilidade de a gente tentar fazer uma visita técnica para Pedro Leopoldo. A
1327 comissão já tentou várias ações, tentamos fazer um plantão com a assistente social de
1328 lá, mas ela não veio. Então, assim, é uma situação complicada em Pedro Leopoldo,
1329 sabe? A Páscoa já vez um plantão, já foi realizado com a Paula e a situação ainda
1330 continua. Uma coisa que a gente tem observado na comissão de apoio é que o
1331 denunciante está cobrando. Então, você explica a situação, explica todo o andamento
1332 do processo. E eles continuam reclamando querendo uma atitude mais ativa. **VOZ AO**
1333 **FUNDO** Se não for possível a visita técnica Consolação, pelo menos, a questão de
1334 videoconferência mesmo. **CONSOLAÇÃO:** Ontem no final da reunião a gente tinha
1335 falado o contrário. A princípio seria Caratinga. Em Pedro Leopoldo, o conselheiro vai
1336 vim para cá. Eles já indicaram inclusive o conselheiro. E como ele está vindo, vai tomar
1337 posse até agosto, foi discutido que como o CMAS tem assento aqui no CEAS a gente
1338 iria esperar, sentar e conversar com ele. Eles já avançaram até nisso, na composição
1339 do Conselho eles não tinham indicado ninguém. Parece que agora eles estão tentando
1340 acertar. A gente pode verificar isso em um segundo momento. **SOYLA:** A gente pode
1341 inverter mesmo. É porque é muita demanda dos CMAS gente. São muitos os processos
1342 mesmo! Então está bom. No ponto cinco foi pedida uma capacitação por parte dos

1343 CMAS de Juiz de Fora e Conselheiro Lafaiete. Foi levantada a questão de a gente
1344 utilizar de ferramentas como o Skype para poder está realizando e participando dessas
1345 capacitações com os conselheiros. Eu acho que a deliberação é essa, a nossa
1346 participação dos CMAS de Juiz de Fora e Conselheiro Lafaiete, nem que seja através
1347 de teleconferência. **Rodrigou** queria só falar com a Soyla que a gente tem interesse.
1348 **SOYLA:** A gente até citou essa possibilidade de chamar as outras comissões também.
1349 A gente pode chamar vocês também, vai ser ótimo, não é? Até porque o tema das
1350 capacitações envolve as comissões do CEAS. Seria interessante a representante de
1351 pelo menos um de cada comissão. Eu já tinha falado isso. Se tiver disponibilidade de
1352 participação... Consolação você pode articular os conselheiros que queiram participar
1353 da teleconferência? Uma delas vai ser no dia 17 de agosto, no horário nosso de
1354 comissões. É possível a gente está participando. **CONSOLAÇÃO:** Só para esclarecer.
1355 A gente vai está conversando com a diretoria de capacitação, que hoje aqui está até
1356 sendo representada pela Fabi, depois ela vai está falando com a gente. Nós vamos ver
1357 esses temas e vamos está fazendo uma proposta. A outra é mais ou menos artesanal
1358 tipo Skype mesmo. Seria tipo uma roda de conversa. É isso nesse primeiro momento.
1359 Agora, no que se refere a capacitação por meio das UAITECS, a gente vai está fazendo
1360 esse planejamento. Nós vamos tentar isso para o próximo trimestre, está bom? **MARIA:**
1361 Quem é que quer falar? A Páscoa, mais alguém? A gente ouviu a Páscoa e vamos para
1362 o encaminhamento. **PÁSCOA:** Eu queria aproveitar a comissão de apoio e dá um
1363 informe, porque eu não estava na hora do informe. Deixa eu só pegar aqui. Dia 28 de
1364 julho, de 09 às 17 horas, no CREAS, vai ter uma reunião do COGEMAS. A pauta vai
1365 discutir: A Análise de conjuntura e as suas implicações na gestão do SUAS; E, a questão
1366 também em defesa do SUAS. Vão ser discutidos esses três temas. **VOLNEY:** Páscoa,
1367 você representa o COGEMAS. Eu queria te pedir, por gentileza, que observassem em
1368 especial o município de Sete Lagoas. Eles cobraram uma capacitação sobre o marco
1369 regulatório. **MARIA:** Ok Páscoa? Podemos votar nos encaminhamentos finais? Diante
1370 do que foi trazido e apresentado pela conselheira Soyla, da comissão de apoio,
1371 considerando inclusive as orientações dadas pela Consolação, alguém tem algo
1372 contrário? Então, considera-se aprovada por unanimidade. Passamos agora para a
1373 comissão de orçamento e financiamento. Quem vai apresentar para nós é a técnica do
1374 Conselho, a Nilce. **NILCE:** A gente não tem ponto para deliberação, só para
1375 conhecimento. O primeiro informe é que estamos fazendo a revisão da metodologia de
1376 análise da prestação de contados fundos, os procedimentos, os processos percorridos
1377 e quais os elementos básicos para seja validada a execução orçamentária financeira da
1378 assistência. A gente quer deixar um documento por escrito em nível estadual com
1379 orientação para servir aos municípios. O segundo ponto é a discussão de um modelo
1380 para orientação aos Conselhos Municipais para fazer a prestação de conta. Essa
1381 orientação vai servir tanto para a elaboração de um documento, de um manual de
1382 orientação. O último ponto para conhecimento é que na plenária anterior foi solicitada
1383 pela comissão de normas e comissão de política a pesquisa da prestação de conta do
1384 Estado e do governo no tribunal de contas. A pesquisou e o documento ainda não está
1385 disponível. Assim que estiver disponível, a gente vai trazer o relatório do tribunal para
1386 conhecimento. É isso. **MARIA:** Alguém quer algum esclarecimento? Então, a gente
1387 passa para o próximo ponto da pauta, que é a avaliação da reunião ampliada. Antes de
1388 eu abrir para os conselheiros, que queria dizer que no tange a reunião ampliada a gente
1389 contou com: 94 municípios presentes e uma participação de 282 pessoas. A ideia de
1390 trazer esse momento aqui para gente avaliar é para a gente fazer uma análise. Eu queria

1391 desde já deixar em aberto a fala. Marta, por favor. **MARTA SILVA:** Eu queria inaugurar
1392 a avaliação dizendo que a gente faz um evento e todo vez a gente aprende mais. Nós
1393 colocamos muitas mesas para um dia só naquele evento. Eu acho que a gente estava
1394 querendo discutir tanta coisa, o nível de ansiedade da gente era tão grande em mobilizar
1395 os Conselhos, os municípios, que eu acho que a gente errou em colocar muitas mesas.
1396 Talvez para um próximo evento a gente reveja de não colocar tantos temas, ou ter mais
1397 que um dia de evento. É só para a gente distribuir melhor. Todos os assuntos
1398 subsidiaram todas as nossas comissões. A gente tinha uma expectativa de ter alguns
1399 subsídios para os Fóruns de Trabalhadores, de Entidades. Eu acho que a gente, talvez,
1400 não conseguiu cumprir tudo o que a gente queria. A minha avaliação é nesse sentido.
1401 E, que a gente trabalhasse um pouquinho mais de tempo para a mobilização. Eu achei
1402 também que a gente teve dificuldade de conseguir mobilizar os municípios. A gente
1403 tinha uma expectativa maior. Eu tinha, não é? Uma expectativa de participação maior,
1404 de mais municípios. Eu senti que a gente precisa de um tempo maior de mobilização.
1405 Eu acho que é muito mais nisso. **SOYLA:** Eu acho que foi até legal essa dinâmica. Mas,
1406 assim, eu compreendo como presidente da URCMAS no Noroeste de Minas, que seria
1407 legal ter uma reunião nossa. Na comissão de apoio a gente está pensando todo um
1408 processo de como montar um questionário mais abrangente do que a enquete com as
1409 URCMAS que estão em funcionamento. E, logo depois de todo um processo de leitura
1410 deste questionário, a gente chamar essas URCMAS para desenhar juntos o desenho
1411 das URCMAS. A apresentação das URCMAS foi legal. Mas, eu acho que as URCMAS
1412 têm que ter uma reunião. A comissão de apoio, principalmente, tem que fazer uma
1413 reunião com essas URCMAS, mais focada. Tem que sentar e conversar. Pensar em
1414 uma metodologia com diversas mãos. O painel três foi só uma abertura para isso. Eu
1415 acho que a gente tem que dá mais força para isso. Foi falado isso muito na comissão,
1416 o pessoal da comissão sabe, que a URCMAS pode servir como articuladora do CEAS
1417 também no sentido de orientar o CMAS. Eu garanto que se as URCMAS funcionarem
1418 dá para diminuir esse número de denúncias assustador. Obrigada. **MARIA:** Mais
1419 alguém? **ÉRICA:** A gente sempre fala do tempo. Foram muitas mesas para pouco
1420 tempo. Na conferência a gente a tinha acertado isso, e mais uma vez, a gente acabou
1421 fazendo do mesmo jeito. Foram muitas mesas para pouco tempo. Eu não sei se seria
1422 possível, mas talvez, funcionassem como oficina mesmo. O pessoal tem muito interesse
1423 em se capacitar nas oficinas. Dois dias de eventos é uma ótima estratégia, mas devido
1424 ao orçamento, os municípios terem que vim dois dias, fica caro. **MARIA:** Não tem mais
1425 ninguém inscrito. Eu quero ser a última. Eu vou seguir a linha de raciocínio das meninas
1426 considerando algumas coisas. Eu acho que nós ficamos ansiosos quando discutimos a
1427 proposta de conteúdo. Foi assim: Vamos discutir o Fórum de Usuários? Vamos. Vamos
1428 discutir o Fórum dos Trabalhadores? Vamos. Tem que discutir as entidades! Então
1429 vamos! Ah, nós vamos ter uma leitura? Vamos. Ai depois, trem que ter um painel para
1430 discutir as URCMAS. Então vamos. E aí, não era só o conselheiro, colocamos três
1431 conselheiros na mesa. Como se um conselheiro não representasse o Conselho. Foi
1432 mais ou menos isso. Eu tive impressão. Todos os nossos anseios nós colocamos na
1433 plenária. Eu achei que no geral foi muito bom. E, como sempre, muito pouco tempo para
1434 o debate. Tiveram muitos conteúdos fortíssimos, mas o debate mesmo não aconteceu,
1435 justamente porque não tinha tempo para isso. Eu acho que todas as propostas vêm para
1436 somar e para contribuir. Só se resolve isso com uma sequência maior de plenárias
1437 ampliadas. Com tudo o que a gente fez, a gente podia fazer cinco, seis plenárias
1438 ampliadas no ano, porque não? Por que não fazer uma plenária para focar nos

1439 trabalhadores? Aí vai dá direcionamento, discutir diretrizes, para aprofundar sobre isso.
1440 Por que não fazer na lógica de entidades, usuários, para você ter um debate profundo
1441 sobre isso? Em vez de fazer tudo junto, a ideia é fazer várias plenárias ampliadas no
1442 decorrer do ano, considerando o aprofundamento desses temas. Não é só discutir.
1443 **PARTE 4: ISAC:** Participaram também das reuniões dos Conselhos Municipais com a
1444 sociedade civil, só que as informações não chegavam. Eu participei desta última porque
1445 o Conselho Estadual me enviou diretamente. Foi até um pedido que a gente fez na
1446 conferência estadual no ano passado. A gente pediu que, pelo menos, nós que vimos
1447 nas conferências, que entramos em contato com o CEAS, fossemos avisados
1448 diretamente. Muitas das vezes o CEAS faz a parte dele, só que esse intermédio com o
1449 município é que às vezes não funciona. Muitos e muitos programas que não chegam lá
1450 na ponta é porque esse intermédio não funciona. Se a sociedade civil não participa é
1451 por falta de informação mesmo, alguns têm condições de chegar ao CEAS e outros não
1452 tem. Esse ponto não é culpa da sociedade civil e nem do CEAS. O problema é
1453 intermediário. É só isso. **VOLNEY:** A sua observação Isac é muito importante. Hoje com
1454 esse avanço tecnológico eu acho que é possível a gente pensar em uma captura dos e-
1455 mails dos delgados que foram nas conferências. Essas pessoas que acessam no CEAS
1456 podem fazer uma captura, porque a tecnologia nos permite isso. A partir da captura,
1457 montar um banco de dados e determinadas informações a gente passará para todos os
1458 e-mails capturados. O quê que vocês acham gente? A tecnologia pode fazer isso para
1459 gente. **RAQUEL:** A minha observação também é função disso. Na última reunião
1460 ampliada eu percebi algumas pessoas questionando em relação à comunicação
1461 mesmo, inclusive do site. Tinham pessoas de alguns municípios próximos ao meu, por
1462 exemplo, Itaúna, que chegaram à reunião e não sabiam de entidades e nem que iria
1463 acontecer uma eleição. Eu acho que é mais esse intermediário aí mesmo. Na maioria
1464 das vezes o presidente do Conselho Municipal ele não passa essas informações. Isso
1465 acontece muito, em muitos Conselhos. Ele guarda aquilo para ele, não transmite para
1466 os conselheiros. Eu vi muita gente na reunião ampliada que se assustou quando viu que
1467 estava tendo o processo da eleição. Eu acho bacana a gente começar a pensar nisso
1468 aí, porque chega até o presidente e ao gestor, mas não Conselho Municipal. Já tem um
1469 bom tempo que participo no Conselho Municipal. Para falar a verdade, eu conheço isso
1470 há poucos anos atrás. Tem muita gente que não sabe disso aqui. Quando a gente foi
1471 falar na reunião de que foi levado o meu nome para substituir a cadeira do município,
1472 porque o Hermellis se ausentou, inclusive eu gostaria que ele estivesse aqui presente,
1473 o pessoal não sabia o que era isso, a representatividade de uma cadeira do município
1474 no Estado. Eles não sabiam da grandeza disso, entendeu? É muito preocupante essa
1475 questão. Essa gestão que está agora faz esse papel muito bem. Mas houve outros
1476 momentos que não. Os Conselhos não sabiam que exista isso, que podia se candidatar
1477 e tudo. Eles não sabiam disso, eles assustam! Quando a gente chegou lá com essa
1478 ideia de Conselho Estadual, o Conselho Municipal não sabia dessas outras instâncias
1479 não. Isso não é só no meu município não, né? Isso está acontecendo muito. É só uma
1480 observação. Obrigada. **MARIA:** Tem a Rosilene e o Rodrigo. **ROSILINE TAVARES:** Eu
1481 conversei com o Leonardo, de repente, a gente pode fazer uma comissão ou um GT de
1482 comunicação. Seria uma proposta. **VOLNEY:** Rosilene, eu acho que a sugestão de e-
1483 mail é mais fácil, pesquisa os e-mails, o plenário delibera e acata. **ROSILENE**
1484 **TAVARES:** Então Volney. É isso o que queria dizer, buscar no site, divulgar, sabe? Isso
1485 é só o que me ocorreu aqui agora. **RODRIGO:** É bem rápido. No meu caso, eu faço
1486 contato com as entidades. A primeira coisa que eu falo com os representantes,

1487 presidentes, é que tem que ter resultados. A minha entidade tem várias tecnologias, um
1488 uso digital que é bacana. Eles perguntam para mim: “Fica caro manter o profissional lá?
1489 ” Eu falo com os diretores: “Se vocês quiserem puxar o chamamento, fazer capitação,
1490 não vai ter custo. A gente está agregando ao nosso segmento. Nós estamos
1491 defendendo o nosso lado, as nossas famílias. ” O resultado querendo ou não é
1492 fundamental. Eu queria registrar isso. O nosso exemplo é esse: quer participar, quer
1493 resultado? Sim. Basta saber fazer essa tradução, como a minha entidade.
1494 **CONSOLAÇÃO:** Eu acho que tem dois motivos. Eu acho que tem a questão da
1495 comunicação, mas também, eu acho que não é só isso. Essas pessoas que falaram que
1496 não receberam, a gente confere os e-mails sim. Hoje a maioria das pessoas
1497 praticamente nem abre o e-mail. Tem muita gente que não abre o e-mail! O Conselho
1498 Municipal fala isso para a gente. Às vezes a gente encaminha a mesma resposta três
1499 ou quatro vezes para a pessoa, por quê? “Ah! Eu olhei aqui e não consegui achar. Tem
1500 como mandar de novo? Ah, não! Mandou mesmo! ” Tem muita coisa assim. Eu não
1501 estou falando de anos para trás, mas no ano passado, o Conselho verificou sim a
1502 questão da tramitação, do ano passado para cá. A gente conseguiu ter toda essa
1503 autonomia de chegar e de falar que tudo pode chegar para todo mundo. Isso também é
1504 uma diretriz. Todo mundo sabe disso! No ano passado para cá nós começamos a criar
1505 um banco de dados diferenciado. Nós criamos outro tipo de sistema. Nós estamos ainda
1506 em processo, mas estamos conseguindo. Na conferência teve um sistema que mandava
1507 um e-mail para os municípios muito mais rápido do que a gente conseguia. Nós vamos
1508 aproveitar agora esse mesmo sistema. Nós estamos conversando com a diretoria da
1509 SEDESE de informática para que a gente possa aperfeiçoar inclusive gerar isso não só
1510 para quem participou da conferência, mas para os conselheiros. Nós temos esse banco
1511 separado, mas em Excel. A gente encaminhou para todo mundo da conferência, mas
1512 por blocos. Às vezes alguns e-mails retornam, dão problema. O nosso e-mail é yahoo.
1513 Nós estamos tentando a possibilidade de alterar. Já tem um tempão que é este e-mail.
1514 Nós estamos conversando sobre isso com a assessoria de comunicação da secretaria.
1515 O yahoo tem uma limitação. Nós estamos analisando cada coisa que a gente pode
1516 melhorar, mas foi encaminhado. Nós pegamos o banco de dados de entidades,
1517 mandamos para todos os que eram representantes de entidade. Nós, inclusive, na
1518 secretaria executiva fizemos uma mobilização. Teve um estagiário que ficou
1519 responsável pela entidade, outro ficou com o usuário, teve um técnico que ficou com a
1520 questão de Conselho. Nós fomos dividindo, para que a gente conseguisse chegar ao
1521 maior número de pessoas possíveis. Nós estamos vendo aonde mais a gente pode
1522 melhorar. Ainda não conseguimos fazer é na forma de WhatsApp, porque realmente
1523 tem que ter pessoas com habilidade para isso e disponível. Na secretaria executiva a
1524 gente não conseguiu fazer esse tipo de trabalho. **MARIA:** Leonardo, por favor.
1525 **LEONARDO:** Essa temática do conhecimento, tanto de chegar ao conhecimento de
1526 algo, quanto de algo, ainda muito complexo. Nós estamos vivendo um momento aonde
1527 a gente tinha muito mais conteúdo do que informação, do que mais informação do que
1528 conteúdo. O e-mail até chega no e-mail da gente. A gente está em um governo com 853
1529 municípios. Se 50 municípios me mandarem um arquivo de 50 bytes, eu não acesso
1530 mais nada. Em contraponto disso tudo, se a gente receber 50 e-mails, acaba que a
1531 gente não dá conta de ver, não dá conta de pensar de fato no texto, no conteúdo, da
1532 resposta. Existem várias mídias digitais. No meu ponto de vista, eu acho que todas as
1533 alternativas são muito válidas, porque elas facilitam na verdade quando a informação
1534 chega, para que a gente tenha mais facilidade com esse meio digital. Quando eu

1535 trabalhava, por exemplo, na secretaria de assistência social, o cartaz funcionava muito
1536 mais do que qualquer outra possibilidade. A pessoa sabia que tinha um cartaz. Eu
1537 concordo com a proposta da Volney e da Rose. A gente tem que perceber o que a gente
1538 quer do público e quais são as mídias e as nossas limitações, como a Consolação
1539 colocou muito bem, de proteger essas mídias. Quais são essas as mídias que a gente
1540 acha que tem condição de produzir conteúdo? E como fazer para que esse conteúdo
1541 seja útil para todo? Nós temos um problema muito grave do tipo de diálogo que a gente
1542 faz, principalmente quando a gente fala de texto. O controle social não é algo muito
1543 recente. Se fosse importante para essas pessoas, estavam todas aqui no controle social
1544 e nos conselhos né? Então, assim, a nossa forma enquanto Conselho tem que mudar
1545 para dialogar com a sociedade. Nós do controle social não controlamos nada, além de
1546 saber e se informar sobre o que o Estado está fazendo. A gente não consegue muita
1547 das vezes nem intervir, além de informar, muito menos a gente vai dar conta de controlar
1548 alguma coisa para a sociedade civil para as entidades, para os trabalhadores e usuários.
1549 Ou a gente muda a forma também de Conselho, as nossas atuações, ou a gente vai
1550 produzir um monte de coisa que não vai ser interessante para as pessoas. Eu tenho
1551 acompanhado o Conselho de Psicólogo um pouco. As ações do CRP são muito
1552 interessantes. Esse ciclo de debates que está acontecendo é bastante interessante. São
1553 diálogos com diversas perspectivas das políticas públicas. Eu acho que talvez seja um
1554 pouco disso. A gente vai futuramente, não só o CEAS, outras políticas, os conselheiros,
1555 nós vamos ter que nos esforçar. Ninguém hoje entende sobre a segurança alimentar, e
1556 todo mundo come. É um pouco dos desafios que a gente tem. A gente também não
1557 pode se culpar por não conseguir fazer a discussão, até porque a discussão chega muito
1558 depois que a gente tem a informação. As informações, de fato, são muito complexas,
1559 tanto do ponto da informação, quanto dos desafios que as pessoas têm. No caso da
1560 assistência social, o desafio de viver. **MARIA:** Só para a gente caminhar para o próximo
1561 ponto. Leonardo, você trouxe palavras bastante bacanas. Essas são a preocupação
1562 que estávamos falando no assunto. Eu queria ver com você, se você tem disponibilidade
1563 de você vim aqui no CEAS, sentar com a secretaria executiva e pensar, de repente, em
1564 uma estratégia para nos ajudar nisso aí. Pode ser? Muito bem. **VOZ AO FUNDO**
1565 **LEONARDO:** Posso. **APLAUSOS VOZ AO FUNDO MARIA:** Vamos gente? O próximo
1566 ponto é a gente verificar a disponibilidade de dois conselheiros, um titular e um suplente,
1567 para compor o comitê para discussão e elaboração do plano decenal dos direitos
1568 humanos da criança e do adolescente de Minas Gerais. Quais serão os colaboradores?
1569 Não tem reunião marcada. A gente só precisa definir quem serão os conselheiros que
1570 nos ajudaram acompanhar esse debate de construção do plano. É o plano decenal dos
1571 direitos humanos da criança e do adolescente de Minas Gerais **VOZ AO FUNDO Pronto.**
1572 Volney e Sandra. Se tiver uma situação em que o Volney não possa participar e que
1573 você também não possa, aí vocês comunicam a Consolação e ela vai colocar outro
1574 conselheiro disponível. Ok gente? Lembrando que tínhamos pulado a questão do
1575 Capacita SUAS. Vamos voltar lá porque a Maíra já chegou. Nesse ponto a gente discute
1576 a orientação para indicação dos alunos, como também, as vagas do Capacita SUAS
1577 para os conselheiros estaduais. A gente já fecha isso tudo, pode ser? É com você,
1578 Maíra. **MAÍRA:** Está aqui conosco a Fabi. A Fabi é da diretoria de capacitação. Ela vai
1579 fazer a apresentação. Você trouxe Fabi? Trouxe, não trouxe? **VOZ AO FUNDO**
1580 **CONSOLAÇÃO:** Não. A gente pensou em ela apresentar o conteúdo. A gente aí então
1581 informa da resolução. Fica mais fácil até de entender. **MAÍRA:** Nós vamos começar o
1582 Capacita no dia 15 de agosto, aconteça o que acontecer! **FABIANE:** Boa tarde. Meu

1583 nome é Fabiane. Eu trabalho na diretoria de capacitação. A gente trouxe para vocês um
1584 quadro onde a gente consegue apresentar o perfil dos alunos, conforme já foi pactuado
1585 na resolução 555 e na resolução 570. Esse ano tem o início de dois cursos no Capacita:
1586 Curso de gestão orçamentária financeira; E, o curso de atualização sobre especificidade
1587 e interface da proteção social básica. O curso de gestão, de acordo com a resolução
1588 555, são dois profissionais de nível médio ou superior, responsáveis pela as atividades
1589 na gestão do fundo municipal de assistência. De acordo com levantamento que foi feito
1590 na DIVISON, é possível identificar que muitos municípios não têm esse profissional
1591 responsável pelo fundo. Sendo assim, nós não teríamos esse aluno para participar do
1592 curso. Então, foi apresentada a opção de ter um profissional de nível superior ou médio
1593 que atue na gestão da assistência do município, que se constituirá como referência
1594 municipal na gestão orçamentária e financeira do SUAS; ou, um profissional de nível
1595 superior ou médio que que atue na gestão orçamentária financeira do município, que se
1596 constituirá como referência municipal nos casos relativos aos recursos da assistência
1597 social. Nós teremos uma pessoa que responda pelo município pela gestão financeira do
1598 SUAS ou então da prefeitura. Isso foi contemplado para esse curso de acordo com
1599 excepcionalidade de vagas. VOZ AO FUNDO Isso! Porque a maioria é contador da
1600 prefeitura. Sendo assim, eles não têm um profissional específico que cuida do fundo
1601 municipal e da assistência. Por isso a importância dessa excepcionalidade. O curso de
1602 atualização e interface. Estava pactuado na resolução 555 que são duas vagas, sendo
1603 uma para coordenador de CRAS e uma vaga para técnico de nível superior da equipe
1604 de referência. De acordo com o levantamento, não há excepcionalidade para esse perfil,
1605 por quê? Nós temos CRAS e as equipes em todos os territórios. Então, temos a
1606 necessidade da excepcionalidade para esse curso. Pode passar, fazendo favor. Já para
1607 o curso de controle social, que será no ano que vem, o que estavam pactuadas são três
1608 vagas para o controle social, sendo: Um secretário executivo dos CMAS; Dois
1609 conselheiros representantes da sociedade civil do CMAS. De acordo também do
1610 levantamento, a gente não tem esses profissionais em todos os municípios. Por isso,
1611 nós precisamos ter excepcionalidade para que a gente consiga atender esses alunos
1612 no Capacita SUAS. Nós teremos duas excepcionalidades, que será: Um profissional do
1613 nível médio ou superior, levando em consideração que ele não tem secretaria executiva,
1614 mas que dê suporte para o CMAS. Então a gente vai ter os conselheiros e o secretário
1615 executivo. Não tendo o secretário executivo, a gente ter' essa pessoa que dá um suporte
1616 no Conselho. VOZ AO FUNDO Porque, de acordo com resolução, os conselheiros
1617 estaduais eles já têm vaga garantida. De acordo com o art. 2º, §7º e 8º, todos os
1618 conselheiros estaduais têm uma vaga garantida em todos os cursos. Por isso que é
1619 Conselho Municipal. **MAÍRA:** Em relação a isso a gente tinha discutido também os
1620 profissionais que seriam capacitados, a maioria era governamental. A excepcionalidade
1621 só existe quando a regra não existe. **FABIANE:** É por isso que vamos pedir apoio ao
1622 CEAS para ajudar mobilizar, para que a gente consiga mesmo que os conselheiros
1623 sejam alunos do Capacita SUAS. Para o curso de vigilância, nós teremos duas vagas,
1624 conforme já foi pactuado na 555, sendo o seguinte perfil: Um profissional de nível
1625 superior responsável pela vigilância socioassistencial e monitoramento; E, um
1626 profissional de nível superior que defende a inclusão da vigilância e monitoramento da
1627 proteção social do município. De acordo com o levantamento feito, nós não temos nos
1628 municípios essas pessoas que fazem o papel de vigilância e monitoramento lá na ponta.
1629 Nós verificamos que precisamos ter excepcionalidade. Ficou o seguinte perfil: Um
1630 profissional de nível superior que atue na assistência social do município que vai se

1631 constituir como referência do município como referência na vigilância socioassistencial.
1632 Ele vai se tornar uma referência na vigilância do município. O outro perfil: Um
1633 profissional de nível superior que atue na proteção social básica ou especial. Às vezes
1634 esse profissional está lá no CRAS ou no CREAS e faz esse papel de monitoramento e
1635 vigilância. E aí, para o curso de atualização sobre o reordenamento dos serviços de
1636 proteção social especial, também não há excepcionalidade. No CREAS a gente vários
1637 perfis que já foi pactuado na 555. A gente via conseguir atender todos os municípios.
1638 Nenhuma vai ficar de fora desse curso. Então, não há excepcionalidade para esse curso
1639 também. Se for possível, consolação, a gente pode fazer a leitura da resolução, que faz
1640 um comparativo para poder ficar claro aonde vai haver excepcionalidade ou não.
1641 **VOLNEY:** Com relação à gestão orçamentária, a gestão anterior nos informou que tem
1642 dois grandes escritórios contábeis em Minas Gerais que fazem a contabilidade dos
1643 municípios de pequeno porte. Eu acho que seria muito interessante localizar quem são
1644 esses dois escritórios, para convidá-los a participar desse curso de gestão orçamentária.
1645 Eu acho que é de extrema importância. Entendeu a minha pergunta, Fabiane?
1646 **FABIANE:** Entendi. **VOLNEY:** São dois escritórios. Eu acho que é muito importante
1647 pensar em trazer eles. **PÁSCOA:** A Isabela, da SEDESE, ela sabe quem são essas
1648 empresas. Eu participei junto com a Isabela. **FABIANE:** A gente pode está registrando
1649 essa informação sim. Eu gostaria de lembrar que nós enviamos um ofício para o órgão
1650 gestor. Cabe ao órgão gestor indicar os seus representantes de acordo com o perfil
1651 pactuado aqui no Conselho. A gente manda em anexo as duas resoluções possam
1652 buscar e que participem desse curso. É importante que esses municípios que têm essas
1653 pessoas que fazem isso indicar as pessoas para que elas possam vim. **VOLNEY:** Eu
1654 acho que esses dois escritórios, segundo informações, eles fazem quase que 80% da
1655 com estabilidade dos municípios de pequeno porte. Entendeu Fabiane? **FABIANE:**
1656 Entendi. **VOLNEY:** Eles têm que estar presentes. **MAÍRA:** Eu acho que o Conselho
1657 poderia fazer uma recomendação. Eu não sei. Tem uma questão que é do princípio do
1658 Capacita SUAS: Capacitar os trabalhadores do SUAS. Eu não sei, inclusive legalmente,
1659 como que seria isso. A gente estaria incentivando que os municípios continuem
1660 terceirizando as suas contabilidades, e não investindo na qualificação dos profissionais
1661 do município para fazer a gestão do fundo e a contabilidade. Eu acho que é uma questão
1662 jurídica. A excepcionalidade ali, Volney, é uma tentativa de desinteresse. Quando a
1663 gente pede para gestor municipal essa figura, e se ele não tem, ele vai informar que não
1664 tem. Mas todos os municípios têm alguém que responde pelo fundo, alguém que ajuda
1665 na questão administrativa. Não precisa ser o cara da secretaria da assistência. Ele pode
1666 indicar alguém da prefeitura que atue com o fundo, podendo ser um profissional de
1667 ensino médio ou de nível superior. Os gestores batem muito também nessa tecla de que
1668 eles não conseguem respaldo interno com a prefeitura para fazer a gestão do fundo. A
1669 ideia é essa. Não é o cara da secretaria da assistência, ele pode ser do planejamento,
1670 da fazenda. **MARIA:** Vamos fazer a leitura da resolução, porque uma coisa está ligada
1671 a outra. Pode ser gente? **CONSOLAÇÃO:** A presidente me pediu para apresentar. Nós
1672 fizemos uma resolução ad referendum deste documento com orientações para
1673 indicação de alunos para os cursos do programa Capacita "SUAS" referente ao aceite
1674 2013 e 2014, que foi feito pelo governo e o ministério. Em virtude do prazo, foi
1675 conversado sobre isso com a Maria. Então foi feita essa resolução. Essa resolução
1676 começa falando considerando a lei estadual, a NOB/SUAS, a competência do Conselho
1677 em relação à política estadual e considerando o próprio artigo da resolução 555 do
1678 Conselho aprovada em 15 de abril. Essa resolução dispõe sobre aprovação da

1679 quantidade e do perfil dos alunos, bem como da responsabilidade dos entes, para a
1680 execução do Programa Capacita “SUAS” referente aos aceites de 2013 e 2014 do
1681 Governo de Minas Gerais com o Ministério do Desenvolvimento. Essa resolução fala
1682 no seu § 1º que o número de vagas será garantido aos municípios conforme
1683 estabelecido... E, caso exista indisponibilidade de participação dos perfis definidos
1684 nessa resolução, é permitido a excepcionalidade de alteração, conforme orientações
1685 da SEDESE aprovadas pelo CEAS. Esse é o motivo da resolução. Esse é o
1686 considerando que está aqui na resolução ad referendum que ela está passando aí. E,
1687 considerando que alguns municípios mineiros não dispõem de profissionais conforme
1688 as quantidades e perfis estabelecidos na nova resolução que a gente aprovou. A
1689 época isso foi tratado aqui, motivo pelo o qual foi inserido esse parágrafo para que
1690 gente pudesse está fazendo essa aprovação posteriormente. O ad referendum é:
1691 “Aprovar as orientações para indicação de alunos para os cursos do Programa Capacita
1692 SUAS elaboradas pela Subsecretaria de Assistência Social da Secretaria de Estado de
1693 Trabalho e Desenvolvimento Social, em anexo, referentes aos aceites de 2013 e 2014,
1694 do Governo de Minas Gerais com o Ministério do Desenvolvimento. “as orientações; O
1695 Programa Nacional de Capacitação do SUAS – Capacita SUAS tem como objetivos
1696 garantir a oferta de formação permanente para qualificar profissionais do SUAS no
1697 provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais, capacitar técnicos e gestores
1698 do SUAS para a implementação das ações dos planos estratégicos do governo
1699 brasileiro, induzir o compromisso e responsabilidade do pacto federativo do SUAS com
1700 a Educação Permanente junto às Secretarias Estaduais e do Distrito Federal, e
1701 aprimorar a gestão do SUAS nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios. Visando
1702 atingir tais objetivos, o governo estadual de Minas Gerais, através da Secretaria de
1703 Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social - SEDESE, decidiu pela oferta dos cursos
1704 de forma regionalizada buscando a aproximação com os municípios e adesão dos
1705 trabalhadores do SUAS. Para tanto, os municípios do estado de Minas Gerais foram
1706 aglutinados em nove (9) lotes e vinte um (21) polos de capacitação que correspondem
1707 às diretorias regionais da SEDESE. Esta regionalização foi a base do processo de
1708 seleção das instituições de ensino superior realizada pela SEDESE. II. Definições para
1709 a indicação de alunos para os Cursos do Programa Capacita SUAS/MG. As Instituições
1710 de Ensino Superior (IES) contratadas terão a seu cargo a capacitação de cerca de 9.403
1711 trabalhadores, gestores, servidores ou conselheiros municipais, selecionados pelos
1712 municípios, e representantes das diretorias regionais, indicados pela SEDESE. Na
1713 capacitação descentralizada, prevista para ocorrer entre 2016 e 2018, os cursos serão
1714 ministrados em duas fases, sendo: na 1ª Fase de oferta, os cursos: 1) Gestão
1715 Orçamentária e Financeira do SUAS e 2) Atualização Sobre Especificidade e Interfaces
1716 da Proteção Social Básica do SUAS; 2ª Fase de oferta, os cursos: 1) Introdução ao
1717 Exercício do Controle Social do SUAS e 2) Curso de Atualização em Vigilância
1718 Socioassistencial do SUAS e 3) Atualização sobre Reordenamento dos Serviços de
1719 Proteção Social Especial. As duas fases terão 249 turmas, sendo 90 turmas na 1ª fase
1720 e 159 turmas na 2ª fase, variando entre 18 a 48 cursistas por turma, totalizando 3.496
1721 capacitados na 1ª fase e, 5.907 na 2ª fase do Programa Capacita SUAS em Minas
1722 Gerais. Todos os Cursos terão a carga horária de 40 horas, totalmente presenciais.
1723 Apesar da meta expressiva de trabalhadores e conselheiros a serem capacitados, o
1724 estado de Minas Gerais possui um grande número de municípios, uma rede de serviços
1725 extensa e, conseqüentemente um grande contingente de profissionais que atuam
1726 nestes serviços, o que faz necessário a definição do quantitativo de alunos por

1727 municípios e do perfil dos alunos a serem capacitados. Neste sentido foi pactuado na
1728 Comissão Inter gestores bipartite e deliberado pelo CEAS a quantidade e os perfis dos
1729 alunos por cursos ofertado nas duas fases do Programa Capacita SUAS. Considerando
1730 que há municípios mineiros que não dispõem de profissionais conforme quantidades e
1731 perfis estabelecidos na Resolução do CEAS nº 555/2016, segundo informações do
1732 Censo SUAS e, considerando o que estabelece o §1º, do artigo 2º, da resolução, caso
1733 exista indisponibilidade de participação de alunos dos municípios, nos cursos do
1734 Programa Capacita SUAS, com os perfis definidos é permitida a excepcionalidade de
1735 alteração. Buscando orientar quanto a excepcionalidade, as alterações permitidas, para
1736 o Curso de Gestão Orçamentária e Financeira do SUAS – caso exista indisponibilidade
1737 de profissionais de nível médio ou superior responsáveis pelas atividades de gestão dos
1738 Fundos Municipais de Assistência Social, o município poderá inscrever no curso,
1739 excepcional- mente, 1 (um) profissional (nível superior ou médio) que atue na gestão da
1740 Assistência Social do município, que se constituirá como referência municipal para a
1741 gestão orçamentária e financeira do SUAS e, ou 1(um) profissional (nível superior ou
1742 médio) que atue na gestão orçamentária e financeira do município e que se constituirá
1743 como referência municipal para assuntos relativos aos recursos da assistência social
1744 (próprios, federais ou estaduais), bem como seu orçamento. Para o Curso de Introdução
1745 ao Exercício do Controle Social do SUAS – caso exista indisponibilidade de 1 (um)
1746 Secretário Executivo do Conselho Municipal de Assistência Social, o município poderá
1747 indicar 1 (um) profissional de nível médio ou superior que dê suporte as atividades do
1748 Conselho Municipal de Assistência Social. Para o Curso de Atualização em Vigilância
1749 Socioassistencial do SUAS – caso exista indisponibilidade de 1 (um) profissional de
1750 nível superior responsável pela Vigilância Socioassistencial / Monitoramento, o
1751 município poderá inscrever no curso, excepcionalmente, 1 (um) profissional de nível
1752 superior que atue na gestão da assistência social do município e que se constituirá como
1753 referência do município para Vigilância Socioassistencial e, ou no caso exista
1754 indisponibilidade de 01 (um) profissional de nível superior que desempenhe funções de
1755 Vigilância Socioassistencial / Monitoramento da Proteção Social Básica ou Proteção
1756 Social Especial, o município poderá inscrever no curso, excepcionalmente, 1 (um)
1757 profissional de nível superior que atue na Proteção Social Básica ou Especial. Para os
1758 demais cursos ofertados – Atualização Sobre Especificidade e Interfaces da Proteção
1759 Social Básica do SUAS e Atualização sobre Reordenamento dos Serviços de Proteção
1760 Social Especial, segundo informações do Censo SUAS e, segundo os perfis dos alunos,
1761 não se faz necessário a excepcionalidade da alteração dos perfis, tendo em vista que
1762 todos os municípios ou a sua grande maioria possui o quantitativo e o perfil desejado.
1763 Foi o que ela apresentou no quadro. **VOLNEY:** Por que as turmas variam de 18 a 48
1764 alunos? É a minha primeira pergunta. Outra pergunta. Como serão 40 horas de
1765 capacitação, não é isso? Então esses alunos estarão em um hotel. Vocês estão fazendo
1766 alguma previsão de ausência percentual dos alunos faltosos? Eu acho que é importante
1767 a gente deixar isso bem claro, para não desperdiçar o recurso público. O município tem
1768 que tentar amarrar a presença, porque é dinheiro público. A gente está vendo todo dia
1769 o dinheiro público indo para os ralos. Eu acho que nós precisamos amarrar isso muito
1770 bem para não desperdiçar o recurso público. **MARIA:** Responda, por favor, Fabi.
1771 Depois, a gente encaminha. **FABIANE:** Como a resolução 555 e 570 dispõem, serão 21
1772 polos de capacitação. Os municípios que são referenciados pelas diretorias regionais
1773 eles serão convidados para o seu polo de capacitação, que é a sua regional de
1774 referência. Como chegamos a essa variação de 18 e 48 alunos? A gente pega o número

1775 de municípios que são referenciados pelos territórios, multiplica pelo número de vagas
1776 e divide pelo número de turmas. De acordo com a recomendação do MDS, as turmas
1777 não podem ter um número muito grande, principalmente pelo aproveitamento. O limite
1778 máximo é de 48 alunos. Tem municípios em que a gente vai ter uma turma menor, mas
1779 é importante que a capacitação aconteça da mesma forma para os municípios que estão
1780 próximos a regional. Com relação onde serão ofertados esses cursos, eles serão
1781 ofertados pelas instituições de ensino que concorreram e foram as que ganharam a
1782 licitação, sendo: Instituto Federal de Muzambinho; UNIS, que é em Varginha; E, a
1783 Universidade Federal de Uberlândia. Essas instituições serão responsáveis pela
1784 execução dos 21 polos no Estado de Minas Gerais. Dentro do que foi contratado pela
1785 instituição de ensino, elas terão que ofertas locais para a oferta desse curso. Foi
1786 colocado nos termos de referência que esses locais têm que ser de fácil acesso, próximo
1787 a restaurante. Os cursos aconteceram nas cidades polos ofertados pela instituição de
1788 ensino. **VOLNEY:** Hoje no seu planejamento você tem previsto “x” turmas com 18
1789 alunos, 20 turmas com 35 alunos e tantas turmas com 48 alunos, não é isso? Você tem
1790 essa previsão? Eu não estou entendendo as turmas com 18. **FABIANE:** É porque tem
1791 os municípios referenciados. Não dá para somar todo mundo para a mesma turma. É
1792 um número muito grande. Tem regionais pequenas como Salinas que tem 20
1793 municípios. Então, você não vai fazer uma turma com 80. Você tem um curso com 40.
1794 Você divide por duas, entendeu? É só por isso que tem médias de 18 a 48 por turmas.
1795 A gente tem esse quadro separado por polo, por cidade e por turma. A média é 34, 36.
1796 É o mínimo e o máximo. **MARIA:** Ok gente? Diante do que a Fabi apresentou, o
1797 referendado que a Consolação trouxe e das contribuições do Volney, eu queria deixar
1798 aqui a nossa satisfação. É um processo de capacitação que a gente participou desde o
1799 início da primeira proposta. Nós já estamos na etapa final, que é a participação. Isso é
1800 muito interessante. Eu acho que na realidade nós todos estamos e parabéns, Conselho
1801 e a SEDESE, por esse processo construído junto. Nós vamos está sendo capacitados.
1802 Além de contribuir com o processo de formação, vamos continuar dando a s nossas
1803 contribuições. **LUIZ GEORGE:** Esse ofício foi mandado para os gestores, não é isso? E
1804 a sociedade civil, como que fica? **FABIANE:** Esse ano até dezembro nós teremos
1805 ofertado os cursos de proteção social básica e gestão financeira orçamentária. Para o
1806 ano que vem, a gente vai ofertar o controle social; Atualização e interface; E, o especial.
1807 A gente vai enviar sim. É igual eu falei, nós vamos pedir apoio do CEAS para nos ajudar
1808 com a mobilização para que consiga chegar aos Conselhos. Está bom? **MARIA:** Ok
1809 Nesse sentido tem alguém contrário do que foi apresentado do ad referendado da
1810 resolução? Considera-se aprovado por unanimidade pelo os conselhos e todos que
1811 estão presentes. Ninguém questionou. Aproveitando a oportunidade, vamos falar das
1812 vagas do Capacita SUAS para os conselheiros. **FABIANE:** Conforme foi informado pela
1813 presidente Maria, o art. 2º da resolução 555/2016, § 7º dispõe sobre: “Serão garantidas
1814 vagas, em todos os 5 (cinco) cursos do Programa Capacita SUAS, para todos os
1815 conselheiros estaduais representantes dos conselhos municipais e da sociedade civil,
1816 no polo de capacitação mais próximo de sua residência. ” E o § 8º “Serão garantidas
1817 vagas a todos os profissionais de nível médio e superior da Secretaria Executiva do
1818 CEAS no Curso de Introdução ao Exercício do Controle Social do SUAS e 01 (uma)
1819 vaga nos demais cursos do Capacita SUAS, no polo de capacitação metropolitana”.
1820 Sendo assim, eu trouxe um quadro já com a proposta de datas que serão ofertados os
1821 cursos nos polos. É o nome do conselheiro, do município, órgão que ele representa.
1822 Dentro desse quadro, a gente apresenta as datas dos cursos. A maioria dos

1823 conselheiros estão mais próximos ao polo da região metropolitana, que é aqui em Belo
1824 Horizonte. **MARIA:** Fabi, a ideia é apenas a informação do procedimento. Você pode
1825 passar por e-mail para todos os conselheiros. **FABIANE:** Quando a Consolação enviar
1826 para vocês, vocês vão ver a opção de data para escolher, tanto para um curso, quanto
1827 para o outro. Lembrando que o polo que foi indicado para vocês é o mais próximo do
1828 município da residência de vocês. É para ficar mais fácil. Então, depois, a Consolação
1829 vai enviar para vocês, se possível já com a data. A gente também vai disponibilizar o
1830 link de inscrição. No momento da inscrição vocês vão preencher o dado de vocês, vai
1831 aparecer na ficha de inscrição o polo, o local do curso. Eu acho que vai ficar mais claro
1832 depois a planilha com as datas, certo? **MARIA:** Muito bem, Fabi. A gente agradece mais
1833 uma vez. Agora, passando para o próximo ponto, a gente vai fazer a leitura da nota de
1834 defesa do SUAS. Nós, Conselho Estadual, estamos fazendo um coro com o
1835 CMAS/Ipatinga, CMAS/Santana do Paraíso, COGEMAS. A gente vai fazer a leitura
1836 agora dessas notas. Consolação, por favor. **CONSOLAÇÃO:** Está projetado ali gente.
1837 Seria agora colocar no papel. Inclusive, a gente já fez a fotografia, não é? Pela defesa
1838 do SUAS. O Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais – CEASMG,
1839 considerando a deliberação da 213ª Plenária Ordinária, ocorrida em 15 de junho de
1840 2016, vem a público registrar a sua preocupação em relação às medidas
1841 antidemocráticas, conservadoras e de retrocesso do governo interino Temer,
1842 principalmente em relação ao “Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário”, onde o
1843 então ministro interino publicou o decreto nº 8805, de 07 de julho de 2016, sem respeitar
1844 o fluxo do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, não pactuou na Comissão
1845 Intergestora Tripartite – CIT, e nem foi deliberado pelo Conselho Nacional de Assistência
1846 Social – CNAS, ou seja, decretou ilegalmente e de forma autoritária. Afirmamos que a
1847 política de assistência social nesses últimos 11 anos foi reconhecida e valorizada como
1848 uma das políticas públicas fundamentais para o desenvolvimento do país, reiterando as
1849 pessoas da pobreza, combatendo a fome e a insegurança alimentar. Essa política
1850 identificou, reconheceu, incluiu e protegeu segmentos historicamente excluídos,
1851 diminuindo a desigualdade social, defendeu intransigentemente o protagonismo de seu
1852 usuário, combateu práticas clientelistas, respeitou a pluralidade e a diversidade cultural,
1853 socioeconômica, política, religiosa, étnica, de classe social, de gênero, por
1854 orientação sexual ou por deficiência, dentre tantas e tantas defesas em função do ser
1855 humano. Por tantos avanços, precisamos manifestar nossa indignação com aqueles que
1856 tentam a acabar com essa política, desrespeitando todo um processo histórico de
1857 construção coletiva, amplamente discutida e deliberada em inúmeras conferências de
1858 assistência social. Este Conselho Estadual faz coro com os demais movimentos em
1859 defesa do SUAS e afirma: Mais SUAS e nenhum direito a menos! Nenhuma proteção a
1860 menos! Manutenção do programa bolsa família e do benefício de proteção continuada
1861 sob as regras pactuadas e deliberadas de forma democrática; Manutenção do Ministério
1862 de Desenvolvimento Social e Combate à Fome; mais recursos públicos para o SUAS;
1863 mais transparência e mais participação popular. Alguém quer comentar? Fazer algum
1864 tipo de alteração no texto? **VOZ AO FUNDO MARIA:** Muito bem! Vamos bater palma.
1865 **APLAUSOS SOYLA:** Tem como, por exemplo, a gente encaminhar essa nota, se
1866 aprovada, para o CNAS? Fazer algum tipo de recomendação? Sei lá! É uma sugestão.
1867 **MARIA:** A ideia é a gente mobilizar o máximo possível! Para todos os espaços
1868 possíveis! A Consolação está comentando que a ideia é mandar para o Nacional, mas
1869 também para os Conselhos Estaduais dos outros Estados. Certo? Marta e Rosilene.
1870 **MARTA SILVA:** A gente vai ter que fazer frente também a uma informação de hoje.

1871 Ontem no Congresso a comissão mista aprovou a LDO deste ano, que aprova critério
1872 de gastos já para 2017. Só para você terem uma ideia, se a gente estivesse lidando
1873 com o orçamento de 2015, os gastos de saúde deveriam ser 32% menores, o de
1874 educação chegaria a 70%. A lei de diretrizes orçamentárias acabou de antecipar as
1875 medidas “regra Temer”, ou seja, nós vamos ter vinculados os gastos públicos com a
1876 inflação. No ano que vem nós vamos ter um déficit de R\$ 109 bilhões na meta fiscal no
1877 governo federal. Eu acho que além dessa nota, enquanto Concelho Estadual, vamos
1878 ter que ficar bem atendo a toda conjuntura, porque é coisa de luta. **MARIA:** Antes de
1879 passar para o próximo ponto, eu estava aqui conversando aqui com a Consolação. Eu
1880 vou falar para vocês tomarem conhecimento também da medida provisória 739, de 7 de
1881 julho de 2016, semana passada, onde o governo interino que nos deixa muito insatisfeito
1882 soltou falando dos auxílios de doença e aposentadoria. Agora vai ter rescisão. Quem
1883 está dentro do prazo nos últimos dois anos vai ser comunicado já com o deferimento
1884 para comparecer. Quem está acima dos dois anos, o INSS vai fazer uma chamada. A
1885 ideia é fazer redução de gasto. A proposta de fazer esse chamamento nacional é fazer
1886 corte de benefício e redução de gasto no país. Mais uma vez, vai deixar os trabalhadores
1887 sem condição de trabalho, com o seu benefício suspenso, por conta de um governo que
1888 quer simplesmente tirar dinheiro do povo. Eu só queria deixar isso registrado. Se alguém
1889 quiser ter acesso, a medida provisória está disponível. Ontem em diálogo nacional nós
1890 tivemos alguns deputados tentando minimizar essa situação, mas a proposta é essa.
1891 **SANDRA:** Quem escutou falar das 80 horas semanais? Olhem o rumo que país ela
1892 tomando. Então quem vai pagar conta é aposentado, trabalhador e a população mais,
1893 não é? **MARIA:** Passando para o próximo ponto, nós temos a resolução da CIB que
1894 recomenda ao CEAS que inclua no plano decenal de assistência social a política
1895 estadual dos atingidos por barragens e outros empreendimentos. Eu vou pedir a
1896 Consolação para fazer a leitura da recomendação para a gente colocar em votação.
1897 **CONSOLAÇÃO:** A CIB encaminhou um ofício solicitando ao Conselho Estadual a
1898 inclusão da política estadual dos atingidos por barragens e outros empreendimentos no
1899 plano decenal de assistência social. Assina a subsecretária Simone. A Comissão
1900 Intergestora Bipartite de Minas Gerais, em reunião plenária ampliada realizada no dia
1901 03 de junho de 2016, de acordo com as suas competências estabelecidas pela Norma
1902 Operacional Básica de 2012 – NOB/SUAS, aprovada pelo Conselho Nacional de
1903 Assistência Social – CNAS; considerando a Lei Estadual 12.262, de 323 de julho de
1904 1996, que dispõe sobre a política de assistência social; considerando a lei estadual
1905 12.812, de 98, que regulamenta o parágrafo único do art. 194 da Constituição do Estado,
1906 que dispõe sobre a assistência social de população em situação de áreas inundadas
1907 por reservatório; considerando o plano de governo do Estado de Minas Gerais, que tem
1908 como uma de suas ações a criação de uma política estadual que garanta os direitos dos
1909 atingidos por barragens e outros empreendimentos; considerando o PL 33/12 que
1910 instituiu a política estadual dos atingidos por barragens e outros empreendimentos,
1911 recomenda ao Conselho Estadual de Assistência Social incluir na política a política
1912 estadual dos atingidos por barragens e outros empreendimentos no plano decenal de
1913 assistência social, propondo diretrizes que assegurem os direitos socioassistenciais por
1914 parte das populações, grupos sociais, comunidades, famílias e indivíduos atingidos. Ai
1915 as duas assinam, a subsecretária e a presidente do COGEMAS. **MARIA:** Tem alguém
1916 contrário? **LEONARDO LADEIRA:** Foi apresentada aqui a política de assistência social,
1917 depois passou para a ALMG. Quando chegou na ALMG, antes de ir para as comissões,
1918 a equipe técnica da ALMG chamou Simone, a Maria, SEDESE, SEGOV, SEDPAC.

1919 Todos estavam juntos. Foi muito aprofundado fazer essa integração com as políticas.
1920 Mas ela não é uma apolítica aprovada ainda. Ela está passando pela discussão na
1921 LAMG. É uma discussão muito tensa. Como ela é mais direito para os atingidos e mais
1922 dever para os empreendedores, as associações empresariais estão fortemente
1923 tentando barrar na ALMG. Então, está uma briga de foice grande. Eu não sei o que
1924 significaria a gente incluir e depois ela não existir, por exemplo. A gente deixaria só
1925 como orientação? **PARTE 5: MARIA:** Incorporar no nosso plano? Pode ser assim
1926 gente? Tem alguém contrário? Então, aprovado por unanimidade. O próximo ponto de
1927 pauta é o Fórum Interconselhos. É uma proposta de um seminário no final do ano. Tem
1928 um grupo técnico responsável pela elaboração de um caderno de texto par a fazer o
1929 debate, bem como, para contribuir com a realização do seminário. Tem o marco
1930 regulatório dos Conselhos de políticas públicas; Financiamento e estruturação dos
1931 Conselhos; Metodologia do controle social e formação de conselheiros; Articulação de
1932 Conselhos Estaduais com outros Fóruns de mecanismo de participação. A próxima
1933 reunião é dia 01 de setembro, 9 horas, na casa de direitos humanos. O CEAS deve
1934 indicar dois conselheiros, um governo e outro sociedade civil. **LEONARDO LADEIRA:**
1935 Eu quero participar presidente. **MARIA:** Ótimo! Muito bem, Leonardo. E quem se
1936 disponibiliza pela sociedade civil? Opa! Deu empate! Érica e Sr. George. Fica a Érica e
1937 o Sr. George. A Érica fica titular e o Sr. George suplente. Fica entre os dois. Da mesma
1938 forma que o Leonardo não puder, a gente chama alguém do governo, para não perder
1939 o espaço, certo? Seguindo, seguindo, porque a nossa pauta já está encerrando gente!
1940 Eu estou tão contente com isso! **RISOS LUIZ GEORGE:** Posso falar? **MARIA:** Pode.
1941 **LUIZ GEORGE:** Eu quero desejar a todos, não só hoje, mas todos os dias, um feliz dia
1942 do amigo. **APLAUSOS MARIA:** O próximo ponto de pauta é a reunião da regional
1943 sudeste/sul do CNAS, que está prevista para os dias 30 e 31 de agosto, para discutir as
1944 questões relativas ao controle social. Minas estará sediando este evento. A gente trouxe
1945 isso aqui para dizer que nesses dias não haverá reunião do CEAS. A gente terá como
1946 orientação a nossa participação enquanto conselheiros estaduais no evento. Não é
1947 plenária do CEAS. Nós estamos fazendo um evento que é a plenária do sul/sudeste do
1948 CNAS que vai ser nos dias 30 e 31. Nesse evento nós estaremos participando como
1949 participante. Todos os conselheiros interessados precisam comunicar a secretaria
1950 executiva, para providenciar a mobilidade de todos os conselheiros para pode participar.
1951 Vocês entenderam? Vai ser na cidade administrativa. Está esclarecido gente? Vocês
1952 entenderam? **SOYLA:** Vai ter transporte? **RISOS LEONARDO LADEIRA:** Vai ter um
1953 MOVE que vai direto para lá. A partir da semana que vem um MOVE vai chegar lá na
1954 cidade administrativa. **VOZ AO FUNDO MARIA:** A sugestão do CNAS é que participem
1955 seis pessoas por Estado, considerando as regiões sul/sudeste. Em relação da
1956 construção da metodologia, da participação, vai ser com o CNAS com o apoio da gestão
1957 estadual. Fica mais uma vez aqui o pedido para vocês estarem indo. A Consolação vai
1958 enviar por e-mail as orientações para vocês. Vocês têm que confirmar se vem. Está
1959 certo? Alguém tem mais alguma coisa para colocar? A nossa plenária no mês de agosto
1960 ela segue normalmente. **WILLIAM:** Eu posso pedir uma pauta para a próxima reunião
1961 nossa? A qualquer momento. Eu vou deixar para setembro porque agosto eu vou estar
1962 de férias e não vou poder participar da reunião aqui. O Conselho Municipal de Belo
1963 Horizonte solicita que seja discutido aqui sobre o financiamento para os municípios,
1964 especificamente as irregularidades no repasse do recurso. **MARIA:** Vice está sugerindo
1965 como pauta? **WILLIAM:** Sim, como pauta. **MARIA:** Sim. A gente vai analisar a sua
1966 proposta. Primeiro vamos colocar em debate na comissão de orçamento, pode ser?

1967 **SANDRA:** Eu tenho uma sugestão. Esse conteúdo da professora Irene, que eu achei
1968 muito rico, a gente pode estar lendo e estudando nas comissões ou colocando como
1969 ponto de pauta, para a gente vê o que podemos está apontando para o Conselho
1970 Estadual na elaboração e qualidade do plano decenal. É uma proposta aqui. Eu não
1971 passei tudo para a gente não perder tempo, mas foi muito rica a apresentação da
1972 professora Irene, inclusive apontamento para o controle social. **CONSOLAÇÃO:** Só
1973 para esclarecer, Sandra. Nós fizemos uma comissão permanente de monitoramento.
1974 Então ela vai está cuidando disso. A gente tem uma comissão que está se
1975 desenvolvendo mais com isso, a Páscoa, Sola. Então, a gente via marcar já para está
1976 tratando sobre isso. **MARIA:** Ok. Eu acho que ninguém tem mais nada. Eu quero
1977 agradecer a participação de todo mundo. Quero agradecer a participação e colaboração
1978 da equipe da SEDESE, dos nossos conselheiros da sociedade civil e da equipe do
1979 CEAS, não é? Essa equipe nossa é pé quente. **RISOS** é uma equipe onde a gente
1980 trabalha coletivamente. Eu tenho orgulho de vez em quando vim aqui e dá umas
1981 cobradas também, não é Consolação? **RISOS.** Eu quero agradecer o Márcio Jardim,
1982 sabe por quê? Porque ele se desdobrou para poder dar conta de nos ajudar hoje. Ele
1983 merece uma salva de palma. **APLAUSOS.** Eu quero mesmo agradecer. Dizer também
1984 para vocês que a Nilce de manhã distribuiu os convites. A Nilce é boa de articulação,
1985 agora ela já conseguiu as cortesias! É para quem quiser participar da feira, tem acesso
1986 livre. A cortesia vale para todos os dias. **NILCE:** O Leonardo foi parceiro. **MARIA;** está
1987 ok? A ideia é que passasse para os conselheiros e a secretaria executiva. **LEONARDO**
1988 **KOURY:** Já saiu a matéria da nota com a imagem de todo mundo. Logo a gente faz
1989 uma segunda matéria para outros jornais. É só para mostrar que vale a pena fazer esse
1990 esforço de lutar por esse país melhor, de dizer não ao golpe e qualquer tipo de opressão.
1991 **APALUSOS MARIA:** Viva o Leonardo! Viva o SUAS! Viva o Conselho Estadual! Um
1992 bom retorno para todos. **FIM**